



Instituto Politécnico
de Viana do Castelo

ASSOCIAÇÃO DE POLITÉCNICOS DO NORTE (APNOR)
INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA

**O PAPEL REGULADOR DO BANCO CENTRAL NO FINANCIAMENTO
DAS PME EM CABO VERDE**

Rosilene Conceição Monteiro

Dissertação apresentada ao Instituto Politécnico de Bragança para obtenção do
Grau de Mestre em Gestão das Organizações, Ramo de Gestão de Empresas

Orientada por
Ana Paula Monte

Bragança, outubro de 2022.



Instituto Politécnico
de Viana do Castelo

ASSOCIAÇÃO DE POLITÉCNICOS DO NORTE (APNOR)
INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA

**O PAPEL REGULADOR DO BANCO CENTRAL NO FINANCIAMENTO
DAS PME EM CABO VERDE**

Rosilene Conceição Monteiro

Dissertação apresentada ao Instituto Politécnico de Bragança para obtenção do
Grau de Mestre em Gestão das Organizações, Ramo de Gestão de Empresas

Orientada por
Ana Paula Monte

Bragança, outubro de 2022.

Resumo

A presente dissertação aborda o papel do banco central no financiamento das pequenas e médias empresas (PME) em Cabo Verde, enquanto entidade reguladora do sistema financeiro, tendo sido desdobrado em dois objetivos específicos.

O primeiro objetivo visava identificar qual o papel do banco central de Cabo Verde (BCCV) no financiamento das PME, pelo que foi efetuada uma análise documental qualitativa e constatou-se que o BCCV impõe certos limites através de legislação e regulamentos elaborados para a regulação do sistema financeiro ao abrigo da sua lei orgânica. Porém, dentro destes limites impostos, os bancos que fazem parte deste sistema financeiro têm certa autonomia para aumentar ou diminuir os critérios impostos para o acesso ao crédito bancário.

Quanto ao segundo objetivo específico, em que se pretendia saber como funciona o relacionamento entre os bancos e as PME e os fatores determinantes no acesso ao crédito bancário, aplicou-se um questionário às PME para recolha de dados de forma a testar oito hipóteses de investigação. O tratamento dos dados recolhidos foi realizado com recurso ao *software* estatístico SPSS® 28. Para além da estatística descritiva, aplicou-se teste de associação para validar as hipóteses enumeradas. Estes permitiram corroborar as hipóteses de investigação H1, H5 e H8 e refutar as hipóteses de investigação H2, H3, H4, H6 e H7.

Nestas condições concluiu-se que a fonte mais comum entre as PME é o financiamento bancário, o tempo das empresas no mercado, o setor de atividade e a existência de contabilidade organizada não influenciam no acesso ao financiamento. A resposta das empresas em relação aos requisitos impostos está ligada ao pedido de financiamento recusado, porém nenhum destes dois fatores tem qualquer relação com a avaliação das empresas no que diz respeito á dificuldade de obter financiamento.

Relativamente às vantagens de se relacionar com mais do que um banco, ficou confirmado que as empresas atribuem maior importância a algumas vantagens do que a outras. É de realçar que estes resultados não podem ser generalizados.

Palavras-chave: PME, Financiamento bancário, Bancos locais, Banco de Cabo Verde, Sistema financeiro.

Abstract

This dissertation addresses the role of the central bank in the financing of SME in Cape Verde as a regulatory entity of the financial system, having been divided into 2 specific objectives.

To conclude specific objective 1, a qualitative document analysis was carried out and it was found that the central bank imposes certain limits through some laws and regulations prepared for the regulation of the financial system under its organic law, but within these limits imposed the banks that are part of this financial system have some autonomy to increase or decrease the criteria imposed for access to bank credit.

Specific objective 2 gave rise to 8 research hypotheses and to answer these hypotheses a questionnaire was applied to SMEs and the treatment of this questionnaire was done in SPSS.

Descriptive statistics and some tests using association statistics were used to answer the research hypotheses. The tests applied made it possible to confirm the research hypotheses H1, H5 and H8 and to refute the research hypotheses H2, H3, H4, H6 and H7.

Under these conditions, it was concluded that the most common source among SME is bank financing, the time of companies in the market, the sector of activity and the existence of organized accounting do not influence access to finance. The response of companies in relation to the imposed requirements is linked to the funding request being refused, but neither of these two factors has any relation to the companies' evaluation about the difficulty of obtaining funding.

Regarding the advantages of having a relationship with more than one bank, it was confirmed that companies attach greater importance to some advantages than to others.

It should be noted that these results cannot be generalized.

Keywords: SME, Bank financing, Local banks, Bank of Cape Verde, Financial system.

À minha mãe Maria Paula Conceição e ao meu pai Geremias José Ribeiro.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus por me dar a oportunidade de continuar e concluir os meus estudos e por ter posto na minha vida pessoas que foram imprescindíveis para o meu percurso académico.

Um agradecimento especial aos meus pais, Maria Paula e Geremias Ribeiro, que sempre me deram força e acreditaram no meu potencial e me tornaram a pessoa que sou hoje e é por causa deles que hoje consigo concluir este grande objetivo e etapa da minha vida. Por eles todo o meu amor e gratidão.

Agradeço também ao meu pai Manuel Jesus Monteiro, que não mediu esforços para ajudar na minha vinda a Portugal e lutou junto comigo para que fosse possível continuar os meus estudos.

Agradeço também ao meu namorado que me ajudou neste percurso com o seu apoio incondicional, com as suas palavras encorajadoras e de incentivo quando parecia que nada ia dar certo e cada vez que parecia impossível me fez acreditar sempre em mim.

A todos os meus irmãos e à minha cunhada Análi que me sempre me apoiaram e principalmente à minha irmã Jesenilda e ao meu cunhado Leo que sem eles não seria possível concluir este trabalho, foram uma peça fundamental para que este trabalho pudesse ser concluído.

Um agradecimento especial ao meu irmão Briand que foi o meu apoio desde a minha chegada em Portugal.

Agradeço também aos meus sobrinhos que são os meus amores e minha principal motivação por querer ser sempre um bom exemplo para eles e mostrar que independentemente de qualquer coisa podemos alcançar sempre os nossos sonhos e objetivos.

A todos os meus colegas e professores, principalmente á minha orientadora Ana Paula Monte que me direcionou sempre para o melhor caminho e que sempre após cada reunião me fazia sair com a energia carregada e com muitas soluções para fazer com que este trabalho fosse possível de ser concluído e que com certeza foi fundamental para a realização deste estudo.

Um agradecimento especial a todos que de alguma forma estiveram envolvidos na realização deste estudo e que me ajudaram com informações e contactos de empresas ou que tentaram me ajudar de alguma forma.

A todos, muito obrigado.

Lista de Abreviaturas e/ou Siglas e/ou Acrónimos

BAI – Banco Africano de Investimento

BCA – Banco Comercial do Atlântico

BCN – Banco Cabo Verdiano de Negócios

BCV – Banco de Cabo Verde

BI – Banco Internacional

BICV – Banco Internacional de Cabo Verde

BFI – Banco de Fomento Internacional

CECV – Caixa Económica de Cabo Verde

CSBB – Comitê de Supervisão Bancária de Basileia

ECB – Ecobank Cabo Verde

INE – Instituto Nacional de Estatística

PIB – Produto Interno Bruto

PME – Pequenas e Médias Empresas

Índice Geral

Índice Geral	viii
Índice de Figuras	x
Índice de Tabelas	xi
Introdução.....	1
1. Revisão de Literatura	2
1.1 O financiamento das Pequenas e Médias Empresas – o crédito bancário como principal fonte de financiamento externo	2
1.1.1 Fontes de financiamento externo.....	3
1.1.2 Financiamento Bancário para as PME.....	3
1.2 O papel regulador do banco central e os acordos de Basileia	5
1.2.1 O papel regulador do Banco central	5
1.2.2 Os acordos de Basileia	6
2. Metodologia	10
2.1 Objetivos e perguntas de investigação	10
2.2 Instrumento de recolha de dados.....	11
2.3 Métodos e técnicas de análise dos dados	12
3. Caracterização do setor financeiro e empresarial em Cabo Verde	14
3.1 A economia de Cabo Verde	14
3.1.1 Perspetiva macroeconómica	14
3.1.2 Perspetiva microeconómica – caracterização do tecido empresarial e das empresas por ilha e por dimensão	15
3.2 O sistema financeiro de Cabo Verde – Caracterização da situação atual	19
3.3 O Banco Central de Cabo Verde e suas funções	21
3.4 A implementação dos acordos de Basileia em Cabo Verde.....	22
3.5 Legislação e regulamentos para regulação do sistema bancário em Cabo Verde	23
3.6 Empréstimos e linhas de crédito a empresas em Cabo Verde.....	24
4. Apresentação e discussão dos resultados.....	26
4.1 Caracterização da amostra	26
4.2 Análise e interpretação dos resultados	27

4.2.1 Caracterização demográfica	27
4.2.2 Caracterização do relacionamento Banca - PME e aplicação de testes estatísticos	29
Conclusões, Limitações e Futuras Linhas de Investigação	44
Referências Bibliográficas	49
Anexos	54
Anexo A Questionário aplicado às PME	54

Índice de Figuras

Figura 1. Distribuição das empresas de acordo com a idade no mercado.....	28
Figura 2. Distribuição das empresas de acordo com o setor de atividade	28
Figura 3. Distribuição das empresas de acordo com a sua localização geográfica	29
Figura 4. Distribuição das empresas de acordo com a existência de contabilidade organizada	29
Figura 5. Distribuição das empresas de acordo com a dependência em algum momento de financiamento bancário	30
Figura 6. Distribuição das empresas de acordo com a fonte de financiamento mais utilizado	31
Figura 7. Distribuição das empresas de acordo com o pedido de financiamento recusado pelos bancos	32
Figura 8. Distribuição das empresas de acordo com a opinião se os requisitos impostos dificultam o acesso ao financiamento.....	35
Figura 9. Distribuição das empresas de acordo com a dificuldade de obter financiamento.....	37
Figura 10. Distribuição das empresas de acordo com os fatores que mais dificultam o acesso ao financiamento	39
Figura 11. Distribuição das empresas de acordo com as garantias solicitadas pelos bancos.....	40
Figura 12. Distribuição das empresas de acordo com as informações exigidas para a obtenção do primeiro empréstimo.....	40
Figura 13. Distribuição das empresas de acordo com o número de bancos com que se relacionam	41

Índice de Tabelas

Tabela 1. Evolução do número de empresas ativas por ilha	16
Tabela 2. Distribuição das empresas ativas, segundo a dimensão, por ilha	17
Tabela 3. Evolução das empresas ativas, segundo o ramo de atividade.....	18
Tabela 4. Evolução das empresas ativas, por dimensão, por organização da contabilidade	19
Tabela 5. Dimensão da amostra e margem de erro para cada pergunta	27
Tabela 6. Teste da qualidade do ajuste para verificar se existe preferência por alguma fonte de financiamento	31
Tabela 7. Tabulação cruzada entre o tempo da empresa no mercado e o pedido de financiamento recusado	32
Tabela 8. Teste à associação entre o tempo no mercado e o pedido de financiamento recusado	33
Tabela 9. Tabulação cruzada entre o setor de atividade e pedido de financiamento recusado	33
Tabela 10. Teste de associação entre o setor de atividade e o pedido de financiamento recusado	34
Tabela 11. Correlação entre contabilidade organizada e pedido de financiamento recusado.....	34
Tabela 12. Teste Exato de Fisher para medir associação entre contabilidade organizada e pedido de financiamento recusado	35
Tabela 13. Tabulação cruzada entre requisitos impostos e pedido de financiamento recusado	36
Tabela 14. Teste à associação entre os requisitos impostos no pedido de financiamento e a recusa de financiamento	36
Tabela 15. Tabulação cruzada da dificuldade de obter financiamento com pedidos recusados	37
Tabela 16. Teste à associação entre a dificuldade de obter financiamento e o pedido de financiamento recusado	38
Tabela 17. Tabulação cruzada dificuldade de obter financiamento e se os requisitos impostos dificultam o acesso ao financiamento	38
Tabela 18. Teste à associação entre a dificuldade de obter financiamento e se os requisitos impostos dificultam o acesso ao financiamento	38
Tabela 19. Alfa de Cronbach – Consistência Interna	41
Tabela 20. Matriz de correlações entre itens	42
Tabela 21. Importância das vantagens de se relacionar com mais do que um banco.....	43

Introdução

O financiamento é essencial para a obtenção de recursos para o normal desenvolvimento da atividade das empresas. Neste sentido a fonte de financiamento bancário tem uma importância significativa para as pequenas e médias empresas (PME) visto que a maioria depende deste.

As PME assumem um papel de extrema importância para a sustentabilidade económica e para a diminuição do desemprego de um país e por normalmente se restringirem ao mercado nacional estão mais expostas a possíveis crises económicas e financeiras e a dificuldades no acesso ao crédito devido às condições de financiamento.

Em Cabo Verde não é diferente, as PME têm uma grande importância para a economia e representam ao tecido empresarial. A escolha do tema desta dissertação foi a pensar no papel das PME na economia em geral e na dificuldade de acesso ao financiamento bancário por parte destas empresas.

Sendo assim, o tema escolhido foi o papel do banco central no financiamento das PME em Cabo Verde e com este estudo pretende-se saber em primeiro lugar como o papel regulador do banco central influencia o relacionamento entre as PME e os bancos locais e em segundo lugar saber como funciona o relacionamento Banca - PME e os fatores determinantes no acesso ao financiamento. O segundo objetivo específico deu origem a oito hipóteses de investigação.

A metodologia utilizada para dar respostas a estes objetivos e hipótese de investigação foi análise documental qualitativa que permitiu dar resposta ao objetivo específico 1 e uma metodologia quantitativa através da aplicação de um questionário para o objetivo específico 2. Além da estatística descritiva, fez-se uso da estatística de associação em que se aplicou vários testes estatísticos para dar resposta às hipóteses de investigação.

O presente trabalho está estruturado da seguinte forma, primeiramente é feita uma revisão de literatura sobre o tema escolhido, depois é apresentado a metodologia e faz-se a caracterização do sistema financeiro de Cabo Verde onde apresenta-se estudos feitos pelo banco de Cabo Verde e, por fim, faz-se a apresentação dos resultados obtidos no questionário.

1. Revisão de Literatura

1.1 O financiamento das Pequenas e Médias Empresas – o crédito bancário como principal fonte de financiamento externo

O financiamento constitui um elemento-chave para os empreendedores, sendo uma forma de obter recursos com vista a criar condições para possíveis aplicações ou até mesmo auxiliar no melhor desenvolvimento da atividade normal de uma empresa (Pimenta, 2012 e Tavares et al., 2015). Os recursos internos gerados em muitos casos são insuficientes para financiar quer seja a expansão, a investigação e desenvolvimento, a produção, o financiamento de stocks, a promoção ou as diversas áreas que necessitam de financiamento, assim sendo, é necessário fontes de financiamento a um custo razoável (Pimenta, 2012 e Tavares et al., 2015).

Um dos principais pontos para as economias é a existência de uma cultura financeira sensível e orientada para a criação e desenvolvimento das empresas, independentemente do risco associado ao investimento (Banha, 2010). Convém destacar duas tipologias de fontes de financiamento (Moreira, 2019):

- Financiamento interno ou autofinanciamento – corresponde aos fundos financeiros gerados pela atividade da empresa e que ficam disponíveis para suportar a realização de investimentos (Tavares et al., 2015).
- Financiamento externo – os recursos a capitais externos podem ser classificados de curto, médio e longo prazo tendo consideração o prazo médio de reembolso e constituem fundos obtidos através de capitais alheios. Existem diversas razões que podem impulsionar o recurso a financiamentos externos, nomeadamente a falta de liquidez interna, condições mais favoráveis, quer ao nível de taxas de juro e comissionamentos, quer no âmbito fiscal, a que acresce a problemática das taxas de câmbio (Moreira, 2019).

1.1.1 Fontes de financiamento externo

Quando a necessidade de financiamento externo está essencialmente destinada a suportar as operações de tesouraria, mais propriamente as necessidades de fundo de maneiio, o financiamento se enquadra num contexto de curto prazo (até um ano), assim das modalidades de financiamento mais usuais, segundo Maquieira e Vieito (2013) destacam-se:

- Desconto de papel comercial (letras e extratos de fatura);
- Créditos documentários;
- Desconto de livranças;
- Contas correntes caucionadas;
- Descoberto autorizado em conta de depósito à ordem;
- Cartões de crédito e *factoring*.

Da mesma forma, quando o financiamento se destina essencialmente a apoiar investimentos em projetos ou aquisições que suportem a atividade da empresa, recorre-se a financiamentos de médio e longo prazo em que as formas mais usuais são o *leasing* e o Financiamento bancário (Moreira, 2019).

1.1.2 Financiamento Bancário para as PME

1.1.2.1 Importância do financiamento bancário para as PME

As PME assumem um papel de extrema importância para a sustentabilidade económica e para a diminuição do desemprego de um país e por normalmente se restringirem ao mercado nacional estão mais expostas a possíveis crises económico-financeiras e a dificuldades no acesso ao crédito devido às condições de financiamento (Luzio, 2015).

Nos últimos anos, tem se apurado dificuldades no processo de crescimento das PME uma vez que se tem tornado cada vez mais difícil o acesso ao financiamento externo, nomeadamente o crédito bancário. Esta condicionante explica de certa forma a diminuição da contribuição que as mesmas têm dado para a economia em geral, quando comparadas com a sua representatividade (Beck & Demircuc-Kunt, 2016).

A dependência dos bancos por parte das PME para a obtenção de financiamento externo advém sobretudo do acesso muito dificultado ao mercado de capitais, o que resulta numa maior pressão sobre as disponibilidades financeiras tendo em conta as dificuldades impostas pelas condições de financiamento e deste modo o crédito torna-se menos disponível em alturas de crise económico-financeira (Kaya, 2014).

O financiamento bancário é essencial para a gestão financeira das PME e, por conseguinte, é indispensável para a estabilidade e crescimento das empresas (Luzio, 2015). Deste modo o desenvolvimento normal das atividades das empresas e a sua continuidade no mercado a certo momento vai depender do acesso ao crédito.

Um estudo realizado pela União Europeia aponta o crédito bancário como uma das principais fontes de financiamento das PME nos países da União Europeia, sendo que 30% a 80% das PME que pediram financiamento obtiveram na totalidade o montante solicitado (European Commission, 2017), da mesma forma, um estudo realizado na cidade do Porto em Portugal chegou á mesma conclusão em relação á principal fonte de financiamento das PME da cidade do Porto (Tavares et al., 2015).

1.1.2.2 Dificuldades do acesso ao crédito por parte das PME

Segundo Badulescu (2010), uma das dificuldades, por parte das PME, é a aquisição de crédito, quer perante as instituições financeiras, quer por falta de investidores privados.

A dificuldade no acesso ao financiamento por parte das PME não tem uma origem apenas num conjunto de situações que se prendem com elas próprias, mas também são determinadas por situações ao nível macroeconómico, deste modo podem-se verificar diferenças significativas no acesso ao crédito por parte das PME consoante o país em questão, por outro lado, a concorrência no mercado bancário tem o seu impacto sobre o acesso ao crédito por parte das PME (Luzio, 2015).

Assim sendo, um maior poder de mercado por parte dos bancos resulta geralmente em maiores constrangimentos no acesso ao financiamento bancário por parte das PME, sendo estes constrangimentos maiores nos sistemas financeiros mais dependentes do sistema bancário como fonte de financiamento externo (Ryan, O'Toole, & McCann, 2014).

Por outro lado, a assimetria de informação também se revela um fator crítico na conceção de financiamento por parte das entidades bancárias às PME sendo que estas não revelam as informações na sua totalidade, portanto esta assimetria de informação surge da falta de necessidade de haver demonstrações financeiras padronizadas e auditadas (Gião, 2018).

Esta situação é agravada no âmbito das PME por não serem obrigadas a tornarem públicas informações financeiras e contratos realizados, por isso, as PME caem em descrédito, dificultando as relações com as entidades bancárias na altura de obtenção de financiamento (García-Teruela & Martínez-Solano, 2007).

Um estudo realizado em 2015 na cidade do porto aponta como as principais dificuldades no acesso ao crédito a taxa de juro, as comissões e despesas e as garantias exigidas, respetivamente.

1.1.2.3 Determinantes para o financiamento bancário

1.1.2.3.1 Fatores críticos da procura e da oferta de financiamento bancário

Alguns estudos contrariam a visão global de que o fornecimento de financiamento bancário seja restringido do lado da oferta, principalmente em contexto de receção económica, centrando a sua visão na diminuição da procura sendo que neste período os investimentos se tornam mais arriscados (Luzio, 2015).

Ainda assim, a literatura centra-se especialmente na explicação do racionamento de crédito bancário, ou seja, focando-se mais nos fatores explicativos do lado da oferta do que no lado da procura, numa assunção de que o ponto de equilíbrio de mercado é caracterizado pelo excesso da procura de financiamento bancário, consubstanciando-se esta assunção numa restrição permanente das empresas ao nível do financiamento externo (Luzio, 2015).

A procura de financiamento bancário pode ser influenciada não apenas pela necessidade de financiamento, mas também pelas fontes disponíveis para suprir esta necessidade de que podem ser fontes de financiamento internos ou as outras demais formas de financiamento externos disponíveis, além do financiamento bancário. Desta forma, quanto maior for a disponibilidade de outras fontes de financiamento, menor será a procura pelo financiamento bancário (Luzio, 2015).

De forma geral, a oferta de financiamento bancário está intimamente ligada não só a fatores macroeconómicos, mas também das empresas, especialmente no que se refere ao cumprimento das condições mínimas assumidas pelos bancos para a disponibilização de financiamento (Luzio, 2015).

1.2 O papel regulador do banco central e os acordos de Basileia

1.2.1 O papel regulador do Banco central

O papel do Banco Central é basicamente o mesmo em todos os países, podendo ter alguma mudança nas suas funções consoante o país em questão e um tem papel importante para o sistema financeiro de qualquer país. Além disso tem autonomia administrativa e financeira e património próprio.

As principais funções dos bancos centrais segundo o Banco de Portugal (2022) e o Banco de Cabo Verde (2019a) são:

- Emissor exclusivo de moeda;
- Manter a estabilidade dos preços;
- Executar as políticas monetárias e cambiais;
- Guardar as reservas do governo;
- Regular o sistema financeiro.

1.2.2 Os acordos de Basileia

Três dos documentos mais importantes lançados pelo Comité de Supervisão Bancária de Basileia (CSBB) foram o Basileia I, lançado em 1988; o Basileia II em 2004 e o Basileia III em 2010 (Sbârcea, 2014).

A Basileia I refere-se aos padrões de capital impostos às instituições de crédito. Deste modo, através deste acordo visa-se manter um nível mínimo de solvência dos bancos comerciais a nível internacional (Sbârcea, 2014).

Neste sentido surge a Basileia II trazendo novos elementos que se juntam á Basileia I, desde a ampliação da faixa de ponderação de risco, a diversificação dos instrumentos de mitigação de risco de crédito por meio do uso de instrumentos financeiros derivados, entre outros. Assim destaca-se o facto de que o risco de crédito pode ter grave repercussão na atividade bancária, mas que existem outros elementos de risco (Sbârcea, 2014).

O acordo Basileia III é o acordo que traz maiores restrições para a obtenção de financiamento bancário que prejudica essencialmente as PME, visto que propõe a imposição de padrões mais elevados para melhorar a qualidade do sector bancário de absorver choques do sector económico e financeiro e medidas para melhorar a sua capacidade de fazer face a estes choques. De forma prática, o Basileia III veio para mudar a estrutura de capital utilizado para obter o nível mínimo de adequação de capital (Sbârcea, 2014).

Em 2008, antes do colapso do Lehman Brothers já era evidente a necessidade de um reforço na estrutura do Basileia II. O setor bancário entrou numa crise financeira com demasiada alavancagem e insuficiências de liquidez e estas falhas foram acompanhadas por uma má governação e gestão do risco, assim como estruturas de incentivo inadequadas (BIS, 2015).

Em julho de 2009 o CSBB publicou novos documentos para reforçar a estrutura de capital do Basileia II. Estas melhorias fizeram parte de um esforço maior para reforçar a regulamentação e supervisão dos bancos internacionalmente ativos (BIS, 2015).

Em 2010, o CSBB lançou o Basileia III, com o intuito de cobrir todas as falhas que estavam no acordo anterior especificamente, no que se refere aos requisitos de capital, de liquidez e de concessão de crédito. As reformas previstas no Acordo de Basileia III começaram a ser implementadas em 2013 e previu-se que estariam completas em 2019, sem comprometerem a atividade da banca e do mercado de crédito (Figueiredo, 2017).

Este novo acordo foi publicado com requisitos de capital muito mais restritos e com restrições mais apertadas no que diz respeito á concessão de crédito a empresas e particulares, tendo em conta que uma das causas da crise foi o crescimento em excesso do crédito entre 2005 e 2008. A finalidade do novo acordo de Basileia reside em aumentar a capacidade do setor bancário para os choques que poderão ocorrer, tendo em atenção tudo o que ocorreu durante a crise financeira (Figueiredo, 2017).

De um modo geral, o Basileia III veio reforçar os três pilares do Basileia II através da implicação de novos atributos que, segundo o BIS (2015), são os seguintes:

- Uma camada adicional de ações ordinárias, sendo esta a conservação de capital que quando ultrapassada restringe os pagamentos de rendimentos para proteger o requisito de capital mínimo;
- Um “amortecedor” de capital anti cíclico que restringe participações dos bancos em sistemas com elevado risco, com o intuito de reduzir as suas perdas de crédito;
- Um rácio de alavancagem que propõe uma quantidade mínima de absorção de perdas de capital em relação a todos os ativos de um banco e exposições fora do balanço independentemente da ponderação de risco, definido por: $(\text{Medida de capital} / \text{Medida de exposição} \times 100)$;
- Exigências de liquidez em que as instituições de crédito devem ter um rácio mínimo de liquidez e este rácio de cobertura de liquidez destina-se a fornecer valores suficientes para fazer face às necessidades de financiamento durante 30 dias de stress;
- Um rácio de longo prazo que se traduz num rácio de financiamento líquido e que se destina a resolver a diferença de maturidade superior de todo o balanço;
- E além disso faz propostas adicionais para os bancos sistematicamente importantes, incluindo os requisitos de capital suplementar, aumento de capital contingente e arranjos forçados pela supervisão.

Com a publicação do III Acordo de Basileia surgiram inúmeras restrições ao crédito bancário, que se deu com o aumento dos requisitos de capital através da introdução de novas medidas.

Foi no financiamento das PME que as restrições ao crédito bancário se tornaram mais evidentes, sendo que após a publicação do Acordo de Basileia em 2010, o financiamento das PMEs sofreu uma evolução negativa. O grande problema surge ainda nos anos anteriores à crise financeira, quando as sociedades não comerciais, induzidas por condições de financiamento favoráveis começaram a acumular dívida (Farinha & Félix, 2014).

Com o Acordo de Basileia III os requisitos de capital aumentaram reforçando a estabilidade financeira de forma a tornar os financiamentos bancários mais estáveis ao longo do tempo e prejudicando a oferta do crédito. Neste sentido se conclui que o aumento de um ponto percentual nos requisitos de capital reduz o financiamento em 10%, efeito este que é particularmente prejudicial para as PME que são muito dependentes de financiamento bancário (Farinha & Félix, 2014).

1.2.2.1 Restrições de financiamento e o fator de apoio

A publicação do III Acordo de Basileia ocorreu após a crise financeira de 2008 e como consequência o financiamento bancário às PME sofreu uma evolução negativa, no entanto, dada esta evolução negativa, em 2014 foi introduzido um fator de apoio ao financiamento bancário das PME.

O III Acordo de Basileia veio aumentar os requisitos de capital e embora estes reforcem a estabilidade financeira e tornem os financiamentos bancários mais estáveis ao longo do tempo, também podem prejudicar a oferta do crédito, levando a uma contração significativa deste. Esta contração é a situação mais comum, onde se conclui que o aumento de um ponto percentual nos requisitos de capital reduz o financiamento em 10%, efeito que é particularmente prejudicial para as PME que são muito dependentes de financiamento bancário (Farinha & Félix, 2014). Em Portugal, tal como verificado na União Europeia, e segundo Farinha e Félix (2014), o acesso ao crédito, pelas empresas portuguesas, tornou-se mais difícil a partir de 2009 e as restrições ao financiamento bancário foram significativas para as empresas que procuravam crédito pela primeira vez. As PME apresentam mais restrições de crédito, devido a quatro fatores (Farinha & Félix, 2014):

- Distorções políticas do setor financeiro;
- Falta de “*know-how*” por parte dos bancos;
- Assimetrias de informação;
- Alto risco inerente a empréstimos às PME.

As distorções políticas do setor financeiro são causadas pelos esforços dos governos em responder às falhas de mercado, apesar das suas intervenções nos mercados financeiros geralmente obterem poucos resultados. Deste modo, identificam as seguintes causas (Farinha & Félix, 2014):

- Tetos de taxas de juro desencorajam os bancos de efetuar empréstimos a mutuários de risco mais elevado;
- A existência de grandes empresas públicas, tendo em conta que este tipo de empresas tem acesso a um financiamento bancário preferencial, restando poucos fundos para empresas privadas, como as PME;
- Financiamento do setor público visto que é mais seguro investir em títulos do governo do que em títulos de uma PME desconhecida;
- Crédito e garantias direcionados ao setor público que muitas vezes prejudicam o desenvolvimento das PME;
- Os quadros jurídicos e regulamentares não suportam as diferentes formas de financiamento;
- Fracos quadros jurídicos e judiciais e falta de direitos de propriedade aumentam o risco e desencorajam o investimento.

Relativamente à falta de “*know-how*” dos bancos, Farinha e Félix (2014) identificam 2 causas:

- O tamanho dos empréstimos é pequeno em relação aos custos de transação tendo em conta que os custos de transação para processar e administrar empréstimos é fixo e deste modo os bancos podem considerar ineficiente processar pequenos empréstimos às PME, devido à falta de técnicas como o “*scoring*” de crédito;

- Dificuldade em adotar novas tecnologias de empréstimos. No que respeita as assimetrias de informação, as causas apontadas dizem respeito ao alto custo em obter informação de crédito sobre as PME, demonstrações financeiras e auditorias inconsistentes e, a falta de acesso a informações de terceiros pelos provedores de mercado.

As assimetrias de informação são vistas de forma generalizada como um dos principais fatores das restrições financeiras das PME. Supõe-se que os bancos apenas consigam classificar a credibilidade de uma empresa de grosso modo (Farinha & Félix, 2014). Esta classificação é feita através de características observáveis, como sucesso passado, idade ou duração das relações comerciais. A probabilidade real de uma empresa pagar o seu empréstimo é desconhecida pelo banco, sendo que apenas as próprias empresas conhecem a sua real intenção de reembolsar o empréstimo (Farinha & Félix, 2014).

Sobre o alto risco inerente nos empréstimos às PME, considera-se maior vulnerabilidade destas empresas, o menor volume de negócios e o facto de serem propensas a ter uma gestão menos capaz.

2. Metodologia

Este estudo apresenta uma metodologia de investigação qualitativa através da análise documental para responder ao objetivo específico 1 e uma metodologia quantitativa para responder ao objetivo específico 2 e às hipóteses de investigação.

As metodologias adotadas tiveram como base a pesquisa e revisão de literatura realizada no sentido de conhecer e compreender as fontes de financiamento das PME, as principais dificuldades no acesso ao financiamento e o efeito dos acordos de Basileia no acesso ao crédito bancário.

2.1 Objetivos e perguntas de investigação

De modo a responder á problemática de qual o papel do banco central no financiamento das PME em cabo verde e como este papel é sentido pelas PME, pretende-se em primeiro lugar perceber como o banco central influencia o financiamento das PME através do seu papel regulador e posteriormente perceber a relação entre as PME e os bancos locais da perspectiva das PME em análise conjunta com alguns dados oficiais.

Sendo assim com o objetivo geral se depreendem os seguintes objetivos específicos:

1. Saber como o papel regulador do banco central influência a relação entre as PME e os bancos locais;
2. Saber como funciona o relacionamento Banca-PME no que diz respeito á procura de crédito por parte das PME e os fatores determinantes no acesso ao financiamento.

Junto com o objetivo específico 2 surgiram as seguintes hipóteses de Investigação:

- H1 – A fonte de financiamento mais comum entre as PME é o financiamento bancário;
- H2 – O tempo das empresas no mercado tem influência sobre o acesso ao financiamento;
- H3 – O setor de atividade influência no acesso ao financiamento;
- H4 – A existência de contabilidade organizada e o acesso ao financiamento estão associados;
- H5 – As empresas que acham que os requisitos impostos dificultam o acesso ao financiamento é porque já tiveram pedidos de financiamento recusado e as empresas de opinião contrária nunca tiveram pedidos de financiamento recusados;
- H6 – A avaliação da dificuldade de obter financiamento está associada ao pedido de financiamento recusado
- H7 – A avaliação da dificuldade de obter financiamento está associada á opinião das empresas se os requisitos impostos dificultam ou não o acesso ao financiamento;
- H8 – As empresas atribuem maior importância a algumas vantagens de se relacionar com mais do que um banco do que a outras.

2.2 Instrumento de recolha de dados

Alguns dados importantes foram recolhidos através da análise de documentos oficiais obtidos através do INE e do Banco de Cabo Verde (BCV) e os restantes dados pertinentes á investigação foram recolhidos através de um questionário (Anexo A) direcionado às PME e elaborado através do Google Forms.

A análise de dados oficiais provenientes sobretudo do BCV permite dar resposta ao objetivo específico 1.

A construção do questionário teve por base a revisão de literatura, o objetivo de estudo, as hipóteses de investigação e outros estudos, nomeadamente Gião (2018), Marques (2016), Moreira (2019). Teve-se ainda por base alguns dos princípios básicos para a elaboração de questionários inumerados durante a unidade curricular de tratamento e análise de dados, como o uso de uma linguagem natural e familiar à população-alvo e que o preenchimento seja fácil e rápido pelo inquirido entre outros requisitos técnicos.

Para algumas questões optou-se por uma escala de medida quantitativa (como por exemplo: o tempo da empresa no mercado), para outras questões uma escala de medida nominal (como por exemplo: sector de atividade) e ainda uma opção de resposta curta. A maioria das questões foram de escolha múltipla e algumas visam medir uma variável latente com 6 a 7 itens para cada uma das variáveis componentes, sendo estas perguntas fechadas com 5 alternativas de resposta de forma ordinal. O questionário dirigido às PME (Anexo I: Questionário) visa dar resposta às hipóteses de investigação que resultaram do segundo objetivo deste estudo.

Tendo em conta que não foi possível obter uma lista só com PME para que fosse enviado o questionário apenas para este tipo de empresas que são a população alvo do presente estudo, optou-se por dividir o questionário em 4 secções, sendo a primeira secção composta por uma questão com 3 opções de resposta de forma a saber se segundo o tamanho a empresa se caracterizava como micro-empresa, PME ou grande empresa e apenas as PME prosseguiram com o questionário, as restantes empresas enviavam o formulário imediatamente.

A segunda secção foi formada por três questões destinadas à recolha de dados demográficos e a terceira secção foi composta por 10 questões destinadas a conhecer o relacionamento Banca-PME e os fatores determinantes no acesso ao financiamento. A última pergunta da terceira secção tinha o intuito de saber com quantos bancos os inquiridos se relacionavam e de acordo com as respostas, estes eram direcionados para uma nova secção a fim de saber quais as vantagens de se relacionar com mais do que um banco, as quais as empresas respondiam, usando uma escala de importância com cinco pontos.

Este questionário foi enviado a uma amostra de empresas selecionadas através de um critério de conveniência, sendo este critério todas as empresas que possuíam email, dentro da lista disponível das empresas que operam em Cabo Verde. Os dados foram recolhidos entre 4 de julho de 2022 e 15 de Setembro de 2022, período este que o questionário esteve ativo

2.3 Métodos e técnicas de análise dos dados

Para responder á questão de partida foram estabelecidos alguns objetivos específicos que por sua vez deram origem a algumas hipóteses de investigação e nesta fase pretende-se responder a três perguntas (Rodrigues, 2012): Como testar? Como analisar? Que ferramentas usar?

Para analisar os dados e testar a hipótese utilizou-se o SPSS em que numa primeira fase fez-se o uso de três tipos de ferramentas com vista a analisar os dados:

- **Estatística descritiva**

Alem das tabelas de frequência que permitem fazer uma análise ampla dos dados de modo a perceber a relação Banca-PME da perspectiva das PME, calculou-se as medidas de tendência central e de dispersão. Como medida de tendência central calculou-se a média que permitiu dar resposta à hipótese de investigação 8 (H8).

Como medida de dispersão utilizou-se o desvio padrão que é a raiz quadrada da variância e indica a consistência do valor apresentado pela média.

- **Estatística de associação**

Há diferentes testes que podem ser feitos para comprovar a relação existente entre duas variáveis. Estes permitem testar a intensidade e direção de variáveis, porém não permite retirar qualquer conclusão de causalidade.

As medidas de associação apresentados pretendem, portanto, mostrar uma relação direta ou indiretamente proporcional entre as variáveis, e para isso foram aplicados os seguintes testes:

- Teste da Qualidade do ajuste – foi utilizado para analisar a existência uma de preferência por determinada fonte de financiamento que permite dar resposta á hipótese de investigação 1 (H1), sendo assim se valor de p for menor que o alfa que é de 0,05 conclui-se que existe preferência, caso contrário não existe preferência. A variável testada foi uma variável nominal.
- Medida de concordância de Kappa – foi utilizado para medir o grau de concordância das respostas das empresas de modo a analisar a associação entre respostas das variáveis a medir (Suporte ao Minitetab 21, 2022). O valor de Kappa varia entre -1 e 1 sendo que quanto maior o valor de Kappa maior a concordância e um valor negativo indica uma não concordância. Este teste permitiu dar resposta á hipóteses de investigação 2, 6 e 7 (H2, H6 e H7).
- Teste V de Cramers – foi utilizado para testar a existência de associação entre duas variáveis nominais e permitiu dar resposta a hipótese de investigação 3 (H3). O valor deste teste varia entre 0 e 1 sendo analisado da seguinte forma: se o valor menor que 0,2 a associação é fraca, se o valor estiver entre 0,2 e 0,6 a associação é moderada e se for maior que 0,6 a associação é forte (International Business Machines, 2020).
- Teste exato de Fisher – foi utilizado em alternativa ao teste qui-quadrado para testar se as variáveis eram independentes visto que se verificou a existência de mais de 20% das células com valor esperado maior que 5 e foi utilizado para testar variáveis nominais dicotómicas. Este teste permitiu dar resposta as hipóteses de investigação 4 e 5 (H4 e H5) sendo que se o valor de p for menor que 0,05 existe associação e caso contrário, não existe.

3. Caracterização do setor financeiro e empresarial em Cabo Verde

3.1 A economia de Cabo Verde

3.1.1 Perspetiva macroeconómica

Cabo Verde é um arquipélago composto por 10 ilhas, sendo apenas 9 habitadas e está localizado a 500 km da costa ocidental de África. O país tem uma população residente de cerca de 556 857 habitantes (Instituto Nacional de Estatística Cabo Verde, 2020a) e somente 10% do seu território é classificado como solo cultivável sendo um território com recursos minerais limitados (World Bank, 2022). O País tem um clima temperado ao longo de todo o ano, belas praias, risco de insegurança baixo e proximidade com o continente europeu. A divisão do território em ilhas cria desafios no que diz respeito à entrega e fornecimento de serviços por vezes essenciais.

Segundo o relatório de contas nacionais trimestrais publicado pelo Instituto Nacional de Estatística (2020b), no 4.º trimestre de 2019 registou-se um aumento do PIB de 5,7%. Este crescimento

económico sustentado e robusto levou a um declínio da pobreza de 35% em 2015 para 28% em 2019 (World Bank, 2022).

Se antes o contexto económico era marcado por um crescimento significativo principalmente no que diz respeito ao setor turístico, após a crise económica global gerada pela COVID-19, a economia paralisou em 2020. O choque da COVID-19 teve um impacto negativo no país através do sector do turismo, que representa 25% do PIB e impulsiona cerca de 40% de toda a atividade económica. O resultado deste cenário foi uma receção económica de 14,8% em 2020 (Instituto Nacional de Estatística, 2021b).

Em 2021 estimou-se um crescimento da economia de 7%, sendo que no 4.º trimestre de 2021 houve um aumento do PIB de 13,2% face ao mesmo período de 2020 (Instituto Nacional de Estatística, 2022). A crise levou a um aumento significativo do défice orçamental em 2020, que se manteve elevado em 2021 (World Bank, 2022).

As medidas de crescimento económico adotadas pelo governo do lado da procura através do consumo privado e do investimento, e do lado da oferta através dos setores do comércio e construção ajudaram na recuperação do cenário deixado pela COVID 19 e de certa forma ajudaram também a impulsionar o ligeiro crescimento da economia em 2021.

O défice fiscal global foi de 8,8% do PIB, e a dívida pública aumentou para 155,3% do PIB em 2021, com a necessidade de recorrer a empréstimos externos concessionais adicionais para financiar o programa de investimento público e a emissão de obrigações do Tesouro no mercado interno (World Bank, 2022).

Segundo a World Bank (2022) a economia irá provavelmente crescer a um ritmo mais lento em 2022, refletindo o impacto da crise da Ucrânia. Sendo que o crescimento real do PIB está projetado em 4% em 2022 e em 4,5% em 2023 e 2024, prevendo-se que o PIB real per capita regresse ao nível de 2019 entre 2024 e 2025 em condições normais de crescimento.

O desemprego, nomeadamente entre as camadas mais jovens da população, continua a ser um dos principais desafios do país.

3.1.2 Perspetiva microeconómica – caracterização do tecido empresarial e das empresas por ilha e por dimensão

Os dados do Inquérito Anual às Empresas de 2020 revelam ainda assimetrias entre as ilhas (Tabela 1), com uma grande concentração da atividade empresarial em Santiago, São Vicente e Sal, onde estão cerca de 76,27% do total das empresas.

Tabela 1. Evolução do número de empresas ativas por ilha

Ilha	Número de Empresas Ativas					Taxa Variação (2020/2019)
	2016	2017	2018	2019	2020	
Santo Antão	765	764	829	827	862	4,2
São Vicente	1 838	1 999	2071	2200	2125	-3,4
São Nicolau	393	284	139	356	270	-24,2
Sal	957	1 148	1 247	1297	1 332	2,7
Boavista	353	599	591	510	601	17,8
Maio	220	123	137	82	117	42,7
Santiago	4 244	4 379	4 476	5 008	5 020	0,2
Fogo	543	535	725	640	595	-7,0
Brava	130	101	176	254	193	-24,0
Cabo Verde	9 442	9 932	10 390	11 174	11 115	-0,5

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2021a)

A Tabela 2 mostra a distribuição das empresas ativas por dimensão e por ilha no ano de 2020. As microempresas representam a maior percentagem do número de empresas ativas em Cabo Verde, seguido das médias e pequenas empresas respetivamente sendo que as grandes empresas representam a menor percentagem do número de empresas ativas. As ilhas com o maior número de pequenas e médias empresas são as ilhas de Santiago, Sal e São Vicente respetivamente, representando um total de 85,48% de todas as PME existentes em cabo verde.

Tabela 2. Distribuição das empresas ativas, segundo a dimensão, por ilha

Ilha	Tipo de Empresa (PME)				Total
	Micro	Pequenas	Média	Grande	
Santo Antão	717	84	57	4	862
São Vicente	1 527	268	272	58	2 125
São Nicolau	240	12	17	1	270
Sal	664	222	406	40	1 332
Boavista	453	74	65	9	601
Maio	101	6	10	0	117
Santiago	3 842	423	605	150	5 020
Fogo	550	21	20	4	595
Brava	186	0	7	0	193
Cabo Verde	8 280	1 110	1 459	266	11 115

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2021a)

Por setores de atividade, conforme Tabela 3, o Comércio por Grosso e a Retalho, Reparação de Veículos Automóveis e Motociclos, foi o sector que, em 2020, centralizou o maior número de empresas ativas (40,46%), seguido do Alojamento e Restauração (17,60%) e da Indústria Transformadora (10,16%).

Tabela 3. Evolução das empresas ativas, segundo o ramo de atividade

Setores de atividade económica	Número de Empresas Ativas					Taxa Variação (2020/2019)
	2016	2017	2018	2019	2020	
A - Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca	25	37	28	36	52	44,4
B - Indústria Extrativa	17	17	15	16	11	-31,3
C - Indústria Transformadora	952	895	931	1 010	1 129	11,8
D - Eletricidade, Gás, Vapor, Água Quente e Fria e Ar Frio	15	18	15	20	16	-20,0
E - Captação, Tratamento e Distribuição de Água, Saneamento, Gestão de Resíduos	27	29	33	34	33	-2,9
F - Construção	288	386	391	452	471	4,2
G - Comércio por Grosso e a Retalho, Reparação de Veículos Automóveis e Motociclos	4 389	4 388	4 631	4 927	4 497	-8,7
H - Transportes e Armazenagem	145	195	202	225	290	28,9
I - Alojamento e Restauração	1 427	1 505	1 681	1 762	1 956	11,0
J - Atividades de Informação e Comunicação	172	145	116	122	131	7,4
K - Atividades Financeiras e de Seguros	41	37	38	49	44	-10,2
L - Atividades Imobiliárias	247	296	306	319	309	-3,1
M - Atividades de Consultoria, Científicas, Técnicas e Similares	437	455	484	537	537	0,0
N - Atividades Administrativas e dos Serviços de Apoio	265	325	346	393	400	1,8
P - Educação	148	177	190	196	259	32,1
Q - Saúde Humana e ação Social	162	178	181	200	201	0,5
R - Atividades Artísticas, de Espetáculos, Desportivas e Recreativas	97	108	106	194	143	-26,3
S - Outras Atividades de Serviços	588	741	697	682	636	-6,7
Cabo Verde	9 442	9 932	10 390	11 174	11 115	-0,5

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2021a)

Ter uma contabilidade organizada devidamente executada significa ter todas as informações da situação financeira e patrimonial bem discriminadas de forma a servir de apoio à gestão, principalmente na tomada de decisões, e de certa forma ajuda a diminuir ou eliminar a assimetria de informação. Segundo os dados de 2020 presentes na Tabela 4, apenas 37,12% de todas as empresas ativas em Cabo Verde possuem contabilidade organizada e os restantes 62,88% não tem contabilidade organizada, sendo que as micro-empresas contribuem com 89,78% das empresas sem contabilidade organizada.

Contrariamente às micro-empresas, 72,21% das PME tem contabilidade organizada e 27,79% não tem, o que mesmo sendo um número reduzido comparativamente, ainda é uma percentagem considerável tendo em conta a importância da contabilidade organizada para uma empresa.

Tabela 4. Evolução das empresas ativas, por dimensão, por organização da contabilidade

Tipo de Contabilidade	Tipo de Empresa (PME)				Total
	Micro	Pequenas	Média	Grande	
Com Contabilidade Organizada	2 005	495	1 360	266	4 126
Sem Contabilidade Organizada	6 275	615	99	0	6 989
Cabo Verde	8 280	1 110	1 459	266	11 115

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2021a)

3.2 O sistema financeiro de Cabo Verde – Caracterização da situação atual

O sistema financeiro cabo-verdiano é composto por instituições financeiras autorizadas, sendo elas as instituições bancárias e parabancárias, instituições seguradoras e de mercado de capitais, sendo este último representado pela Bolsa de Valores de Cabo Verde. O referido sistema financeiro em análise representa mais de 80% dos ativos do sistema financeiro nacional (Oliveira, 2018).

O setor financeiro é composto pelas seguintes principais instituições de crédito autorizadas:

- **Banco Comercial do Atlântico (BCA)**

O BCA foi criado, no dia 1 de setembro de 1993 pelo Decreto-lei nº 43/93, de 16 de julho, com o capital inicial de 500.000.000\$00, resultado da separação das vertentes comercial e de supervisão que eram desempenhadas pelo Banco de Cabo Verde (BCV) passando o BCV a assumir apenas funções de banco central e foi constituída, na mesma data, através do Decreto-lei nº 44/93 (Banco comercial do Atlântico, 2022).

Os seus principais clientes são particulares e empresas e tem como missão disponibilizar serviços e produtos financeiros com elevados padrões de qualidade ajustado as necessidades dos clientes e criar valores para todos os agentes envolvidos. A sua visão é consolidar a liderança de mercado sempre tendo em vista a sustentabilidade e reconhece como valores a confiança, rentabilidade, transparência, integridade, profissionalismo, proximidade, responsabilidade, cultura de risco e rigor e inovação (Banco comercial do Atlântico, 2022).

- **Caixa Económica de Cabo Verde (CECV)**

A Caixa Económica foi criada a 18 de maio de 1928 e era inicialmente denominada de "Caixa Económica Postal", integrada no serviço dos "Correios e telegráficos" sob a tutela do Ministério das Telecomunicações. Em 30 de dezembro de 1985, foi transformada numa instituição financeira autónoma, designada por Caixa Económica de Cabo Verde, tutelada pelo Ministério das Finanças,

tendo um crescimento e um desenvolvimento qualitativo e quantitativo substancial e bem visível, sobretudo a nível nacional entre 1993 e 2000 (Caixa Económica de Cabo Verde, 2022).

Tem como missão a inclusão financeira e o fornecimento de um serviço de qualidade que contribui para o desenvolvimento do país e a sua visão é ser reconhecido como o banco de referência e inovador no sistema financeiro cabo-verdiano e por uma gestão prudente e criteriosa do risco e que mais se identifique com Cabo Verde (Caixa Económica de Cabo Verde, 2022).

- **Banco Interatlântico (BI)**

O BI provem de uma sucursal inaugurada pela Caixa Geral de Depósitos (CGD) em Cabo Verde em 1998 a fim de aproveitar as potencialidades de uma economia em crescimento e também de ajudar no desenvolvimento do sistema financeiro local. Em 1999 ocorreu uma transformação da sucursal em banco de direito cabo-verdiano denominada de Banco Interatlântico com a CGD detento 70% do seu capital social (Banco Interatlântico, 2022).

Tem como missão consolidar-se como banco prestador de um serviço financeiro de qualidade e como visão ser o banco de preferência e referência nomeadamente no crédito especializado e no mercado de capitais (Banco Interatlântico, 2022).

- **Banco Cabo-verdiano de Negócios (BCN)**

Em 1996 o Banco Totta e Açores abriu uma sucursal na cidade da praia, ilha de Santiago, essa sucursal passou a banco de direito cabo-verdiano em 2003 e passou a ser denominado de Banco Totta de Cabo Verde (BTCV). Em 2004 a totalidade do seu capital passou a ser detida pela empresa cabo-verdiana Sociedade de Estudos e Promoção de Investimentos, SA (SEPI), passando a ser o primeiro banco privado 100% cabo-verdiano. Em 2005 recebeu a denominação de Banco Cabo-verdiano de Negócios (BCN) (Banco Cabo-verdiano de Negócios, 2022).

Tem como missão melhorar a vida das pessoas que integram o BCN e como visão ser reconhecido como o melhor banco do sistema financeiro nacional (Banco Cabo-verdiano de Negócios, 2022)

- **Banco Africano de Investimento (BAI)**

O BAI foi criado em 1996 e é hoje um banco dinâmico que trabalha com as mais modernas tecnologias. Tem em vista a eficiência e personalização na abordagem ao mercado, visando tornar-se parceiros indispensáveis do negócio de seus clientes e potenciais clientes (Banco Africano de Investimentos, 2020)

Estão também empenhados num serviço atento às necessidades do segmento de Particulares, oferecendo soluções inovadoras destinadas a apoiar as PME como referência incontornável entre os maiores grupos empresariais do país (Banco Africano de Investimentos, 2020)

- **Ecobank Cabo Verde (ECB)**

A Ecobank é um banco Pan-Africano com operações bancárias em 33 países africanos e oferece um conjunto completo de produtos, serviços e soluções bancárias, incluindo digital, e não limitado

a contas bancárias e de depósito, empréstimos, gerenciamento de caixa, consultoria, comércio, títulos, patrimônio e gerenciamento de ativos.

Alem disso, consideram-se o melhor banco para as PME, para o *cash management* em África e desempenham um papel decisivo no desenvolvimento e apoio às *fintechs* da África para ajudar a transformar as finanças e o banco digital. Valorizam a integridade, a ética e o respeito (Ecobank, the pan African Bank, 2022).

- **Banco Internacional de Cabo Verde (BICV)**

O banco Internacional de Cabo Verde era anteriormente denominado de Banco Espírito Santo de Cabo Verde, mas atualmente faz parte do grupo iibGrupo Holdings. Presa pela igualdade de tratamento dos clientes, elevados níveis internos de competência técnica, através da prestação de um serviço de qualidade e eficiência (iibGrupo Holdings, 2020).

- **Banco de Fomento Internacional (BFI)**

O Banco de Fomento Internacional define Cabo Verde como um “*hub*” financeiro e tem como missão proporcionar valor acrescentado aos clientes, inovando e desenvolvendo continuamente soluções financeiras sustentáveis.

Força, consistência, confiabilidade, proteção e respeito são os pilares das suas operações, e o mesmo vale para responsabilidade, prestação de contas e sustentabilidade, que são os objetivos que os tornam como pioneiros em transformar a complexidade dos mercados atuais em práticas e ideias inovadora (Banco de Fomento Internacional, 2022).

3.3 O Banco Central de Cabo Verde e suas funções

O Banco de Cabo Verde (BCV) foi criado em 29 de setembro de 1975, tendo-lhe, então, sido cometidas as funções de banco central e emissor, autoridade cambial, caixa de tesouro e banco comercial e de desenvolvimento (Banco de Cabo Verde, 2019a).

Em agosto de 1993 foi aprovada uma nova Lei Orgânica do Banco de Cabo Verde, passando esta a exercer exclusivamente as funções de banco central e atribuindo sucessivamente responsabilidades acrescidas no domínio da supervisão e controlo das diversas instituições que atuam nos mercados monetário e financeiro, incluindo o sector segurador e o mercado de capitais.

O Banco de Cabo Verde tem por missão ou atribuição principal assegurar a manutenção da estabilidade dos preços. Como objetivo secundário, compete ao Banco promover a liquidez, a solvência e o funcionamento adequado de um sistema financeiro assente na estabilidade do mercado de forma compatível com o objetivo principal.

O Banco de Cabo Verde deve desempenhar ainda as seguintes funções (Banco de Cabo Verde, 2019a):

- Colaborar com o Governo na definição da política monetária e cambial visando alcançar e manter a estabilidade de preços;

- Executar de forma autónoma a política monetária e cambial de Cabo Verde;
- Deter e gerir as reservas de câmbio oficiais do País e agir como intermediário nas relações monetárias internacionais do Estado;
- Assessorar o Governo em assuntos de natureza financeira.

No âmbito da execução da política monetária e cambial compete ao BCV orientar e supervisionar os mercados monetário, financeiro e cambial, cabendo-lhe entre outras funções (Banco de Cabo Verde, 2019a):

- Regular o funcionamento dos mercados monetário, financeiro e cambial, adotando providências genéricas ou intervindo, sempre que necessário, para garantir o cumprimento dos objetivos da política económica, em particular no que se refere a evolução das taxas de juro e de câmbio.
- Exercer a supervisão das instituições de crédito e parabancárias, nomeadamente, estabelecendo diretivas para assegurar os serviços de centralização de riscos de crédito;
- Exercer a supervisão da atividade seguradora, resseguradora, de mediação de seguros, de fundos de pensões e de atividades conexas ou complementares.

Compete ao BCV assegurar diretamente ou regular, fiscalizar e promover o bom funcionamento dos sistemas de compensação e de pagamentos;

O BCV é a entidade responsável pela centralização e elaboração das estatísticas monetárias, financeiras, cambiais e da balança de pagamentos podendo exigir a qualquer entidade pública ou privada, a prestação direta das informações necessárias para o cumprimento desta função, bem como em razão das suas atribuições em matéria de política monetária ou cambial e de funcionamento dos sistemas de compensação e pagamentos (Banco de Cabo Verde, 2019a).

O BCV é a autoridade cambial do país, cabendo-lhe nessa qualidade, especialmente (Banco de Cabo Verde, 2019a):

- supervisionar e fiscalizar os pagamentos externos, definindo os princípios reguladores das operações sobre ouro e divisas e autorizando os pagamentos externos que disso careçam;
- celebrar com entidades congéneres domiciliadas no estrangeiro, públicas ou privadas, em nome próprio ou em representação do Estado de Cabo Verde, acordos de compensação e pagamentos ou quaisquer contratos com as mesmas finalidades.

3.4 A implementação dos acordos de Basileia em Cabo Verde

Dada a elevada complexidade técnica que a Basileia exige, não foi imposta a aplicação imediata a todos os países e, portanto, países como Cabo Verde estão a aplicá-lo de forma gradual pelo que ainda não existe nenhuma informação oficial que permita concluir sobre a sua implementação.

Segundo uma fonte não oficial, Cabo Verde aderiu sim, aos acordos de Basileia, mas, em termos de regulação, ainda não implementou todos os princípios, sendo que os princípios de Basileia I já

foram quase todos implementados, mas o de Basileia II ainda não, porém não foi possível encontrar nenhuma nota que confirme estas informações.

3.5 Legislação e regulamentos para regulação do sistema bancário em Cabo Verde

O BCV é responsável pela regulação da criação, circulação e valor da moeda nacional e o seu principal desafio é manter a estabilidade dos preços.

Como objetivo secundário deve promover a liquidez, solvência e o funcionamento adequado do sistema financeiro baseado na estabilidade do mercado e também é responsável pela implementação da política económica conforme previsto na lei orgânica aprovada pela lei n.º 10/VI/2002, de 15 de julho, alterada pela lei n.º 84/IX/2020. Deste modo o setor bancário em 2022 está regulado pelos seguintes diplomas (Banco de Cabo Verde, 2022b):

- **Instrução Técnica n.º 223/2022, 1 de fevereiro**

Determina os procedimentos de funcionamento do Mercado de Operações de Intervenção (MOI).

- **Instrução Técnica n.º 224/2022, 1 de fevereiro**

Determina as condições de funcionamento de Mercados: Sistemas de Garantias, Valorização de Ativos e Execução de Garantias.

- **Carta-Circular n.º 225/2022, 1 de fevereiro**

Esclarece a interpretação dos normativos regulamentares respeitante ao tratamento prudencial, por parte dos bancos, das garantias emitidas pelas instituições financeiras cujo objeto é a concessão de garantias de crédito.

- **Instrução Técnica n.º 226/2022, de 23 de março**

Fixa o limite do compromisso irrevogável de pagamento a aplicar nas contribuições referentes ao ano de 2022.

- **Instrução Técnica n.º 227/2022, 23 de março**

Fixa o valor da contribuição Anual Mínima e Taxa Contributiva de Base para o Fundo de Garantia de Depósitos no ano de 2022.

- **Decreto-lei n.º 10/2022, de 8 de abril, BO n.º 38, I Série**

Procede à sexta alteração ao Decreto-lei n.º 38/2020, de 31 de março, que estabelece medidas excecionais de apoio e proteção de famílias, empresas, municípios, instituições particulares de solidariedade social, associações sem fins lucrativos e demais entidades da economia social, por força dos impactos económicos e financeiros da contratação da atividade económica decorrente da pandemia da doença covid-19.

- **Aviso n.º 1/2022, de 11 de abril, BO n.º 55, II Série**

Estipula o regime de constituição de reservas mínimas, também designado disponibilidades mínimas de caixa (DMC).

- **Aviso n.º 2/2022, de 20 de abril, BO n.º 61, II Série**

Prorroga o período de vigência das Medidas Prudenciais introduzidas pelo Aviso n.º 4/2021, de 24 de agosto.

3.6 Empréstimos e linhas de crédito a empresas em Cabo Verde

O BCV realiza periodicamente inquéritos que são aplicados aos bancos com o intuito de avaliar a situação do crédito em Cabo Verde. Com o objetivo de entender melhor esta situação ao longo dos anos, no que diz respeito á oferta e procura de crédito pelas empresas, apresenta-se a seguir as principais conclusões dos relatórios dos inquéritos disponíveis de cada ano nos últimos 5 anos.

- **Inquérito realizado no 4.º trimestre de 2018**

O inquérito realizado no 4.º trimestre de 2018 concluiu que os critérios de concessão de crédito, de curto e longo prazo, às empresas mantiveram-se sem grandes alterações, sendo que apenas uma instituição reduziu consideravelmente a sua restrição no que respeita ao acesso ao crédito (Banco de Cabo Verde, 2018).

Um dos fatores que influenciou positivamente o comportamento dos bancos em relação à aplicação dos critérios de concessão de crédito foi a perceção de redução dos riscos associados a micro e pequenas empresas. Por outro lado, os riscos associados às empresas sem contabilidade organizada e às garantias exigidas terão influenciado negativamente os critérios aplicados, o que terá resultado na manutenção dos critérios para a maioria das instituições (Banco de Cabo Verde, 2018).

Os termos e condições gerais aplicados na aprovação de empréstimos permaneceram praticamente sem alterações para a maior parte das instituições tendo tido uma ligeira diminuição das restrições para uma instituição em específico (Banco de Cabo Verde, 2018).

A perceção dos riscos e as pressões exercidas pela concorrência, bem como o nível de tolerância ao risco influenciaram positivamente os termos e condições de acesso ao crédito, porém a proporção de pedidos de empréstimo rejeitados aumentou ligeiramente para duas instituições (Banco de Cabo Verde, 2018).

- **Inquérito realizado no 4.º trimestre de 2019**

De acordo com as instituições inquiridas, no último trimestre de 2019, o acesso ao crédito manteve-se sem grandes alterações na maioria das instituições tendo um ligeiro aumento de restrição numa instituição e uma considerável diminuição das restrições numa outra (Banco de Cabo Verde, 2019a).

O setor de atividade, pressões exercidas pela concorrência e a perceção do risco associado à dimensão das empresas influenciaram de forma positiva os critérios de concessão de crédito, por

outro lado, o custo de capital, o risco associado às empresas sem contabilidade organizada e o nível de incumprimento influenciaram de forma negativa (Banco de Cabo Verde, 2019a).

A proporção de pedidos de empréstimo rejeitados a empresas em geral não teve alterações, tendo tido um ligeiro aumento em uma ou outra instituição (Banco de Cabo Verde, 2019a).

- **Inquérito realizado no 4.º trimestre de 2020**

De acordo com as instituições bancárias inquiridas, no último trimestre de 2020, os critérios de aprovação de empréstimos a empresas tornaram-se ligeiramente mais restritivos apenas para uma instituição (Banco de Cabo Verde, 2020).

As pressões exercidas pela concorrência influenciaram positivamente os critérios de conceção de crédito, enquanto o custo de capital, as perspetivas para sectores de atividade específicos, os riscos associados às empresas sem contabilidade organizada e o nível de incumprimento tiveram uma influência negativa (Banco de Cabo Verde, 2020).

A proporção de pedidos de empréstimos rejeitados aumentou ligeiramente numa instituição, mantendo-se sem alterações nas restantes e a procura de empréstimos pelas empresas aumentou ligeiramente numa instituição e consideravelmente noutra (Banco de Cabo Verde, 2020).

- **Inquérito realizado no 4.º trimestre de 2021**

No quarto trimestre de 2021, em termos globais, as restritividades dos critérios de aprovação de empréstimos às empresas mantiveram-se inalterados, sendo que os bancos inquiridos registaram no período um ligeiro aumento da procura de crédito (Banco de Cabo Verde, 2021).

Os termos e as condições gerais na aprovação de empréstimos tornaram-se ligeiramente menos restritivos devido às pressões exercidas pela concorrência, sendo que a proporção de pedidos de empréstimos rejeitados pelos bancos aumentou muito ligeiramente. A procura de financiamento bancário pelas empresas aumentou ligeiramente (Banco de Cabo Verde, 2021).

- **Inquérito realizado no 2.º trimestre de 2022**

No segundo trimestre de 2022, os critérios de aprovação de empréstimos mantiveram-se praticamente inalterados, sendo que os termos e condições de aprovação de empréstimos tornaram-se ligeiramente menos restritivos por consequência das medidas de política monetária e das pressões exercidas pela concorrência.

De acordo com os bancos, a procura de crédito pelas empresas registou um ligeiro aumento, tendo a proporção de pedidos de empréstimos rejeitados pelos bancos diminuído ligeiramente.

4. Apresentação e discussão dos resultados

4.1 Caracterização da amostra

Para obter a amostra, utilizou-se o método de amostragem por conveniência, em que só foram escolhidas as empresas que da lista disponível possuíam email para que pudesse ser enviado o questionário. Como já referido, não se conseguiu uma lista só com PME, portanto a primeira questão serviu apenas para descartar da amostra as empresas que segundo a dimensão não se caracterizavam como PME, deste modo, a amostra obtida foi de um total de 56 PME.

Como apresentado na Tabela 2, o número de PME existentes em Cabo Verde em 2021 era de 2569, assim considerando uma população de 2569 PME e sendo que a amostra geral do número de empresas que responderam ao questionário foi de 56 PME, para um nível de confiança de 90%, a margem de erro é de 10,91%.

Porém algumas empresas não responderam todas as questões, mas optou-se por usar todas as respostas tendo em conta o número reduzido da amostra, considerando assim uma amostra diferente nas perguntas em que algumas empresas omitiram a sua resposta, sendo assim a tabela

seguinte evidência a amostra e a margem de erro para cada questão até à questão 13 considerando uma população de 2569 PME (Tabela 5):

Tabela 5. Dimensão da amostra e margem de erro para cada pergunta

Questões	Amostra	Margem de erro
2. Tempo no mercado	56	10,91%
3. Setor de atividade	51	11,44%
4. Ilha	53	11,22%
5. Contabilidade Organizada	56	10,91%
6. Em algum momento já dependeu de financiamento bancário	56	10,91%
7. Fonte de financiamento mais utilizado	46	12,06%
8. Pedido de financiamento recusado	55	11,01%
9. Requisitos impostos dificultam acesso ao financiamento	54	11,11%
10. Dificuldade de obter financiamento	51	11,44%
11. Fatores que mais dificultam o acesso ao financiamento	48	11,80%
12. Garantias solicitadas pelos bancos	50	11,56%
13. Informações exigidas para o primeiro empréstimo	49	11,68%
14. Número de bancos que se relaciona	55	11,01%

Fonte: Elaboração própria

Das 55 PME que responderam à pergunta 14, só respondem à secção seguinte as PME que se relacionam com mais do que um banco, o que implicaria em todos os casos, um número de respostas diferente na última secção do questionário que pretende avaliar importância de cada uma das vantagens de se relacionar com mais do que um banco na opinião das PME.

4.2 Análise e interpretação dos resultados

Foi efetuada uma análise exploratória dos dados, pelo que não se pode generalizar os resultados.

4.2.1 Caracterização demográfica

Das 56 PME que responderam, apenas 2 (3%) tinham menos de um ano no mercado, 6 (11%) tinham entre 1 e 3 anos no mercado, 5 (9%) tinham entre 4 e 6 anos no mercado e a maior parte das empresas, que correspondiam a 43 PME (77%) tinham mais de 6 anos no mercado (Figura 1).

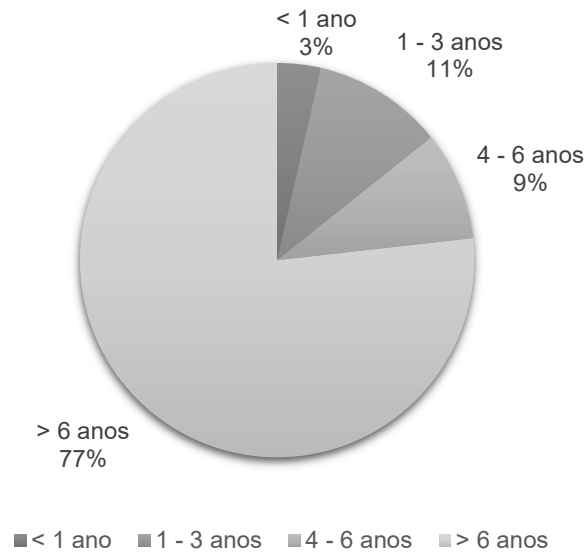


Figura 1. Distribuição das empresas de acordo com a idade no mercado

Fonte: Elaboração própria

Sobre o setor de atividade, apenas 51 PME responderam e destas 51, a maior parte (19 PME), opera na prestação de serviços de alojamento e restauração tal como o estudo realizado por Moreira em 2019 em Cabo Verde, sendo que serviço de alojamento e restauração representa o segundo maior número de empresas ativas em Cabo Verde (Instituto Nacional de Estatística, 2021a). O comércio ocupa o segundo lugar tendo um total de 10 respostas e o menor representante da amostra em questão é o setor de gás eletricidade e água (Figura 2).

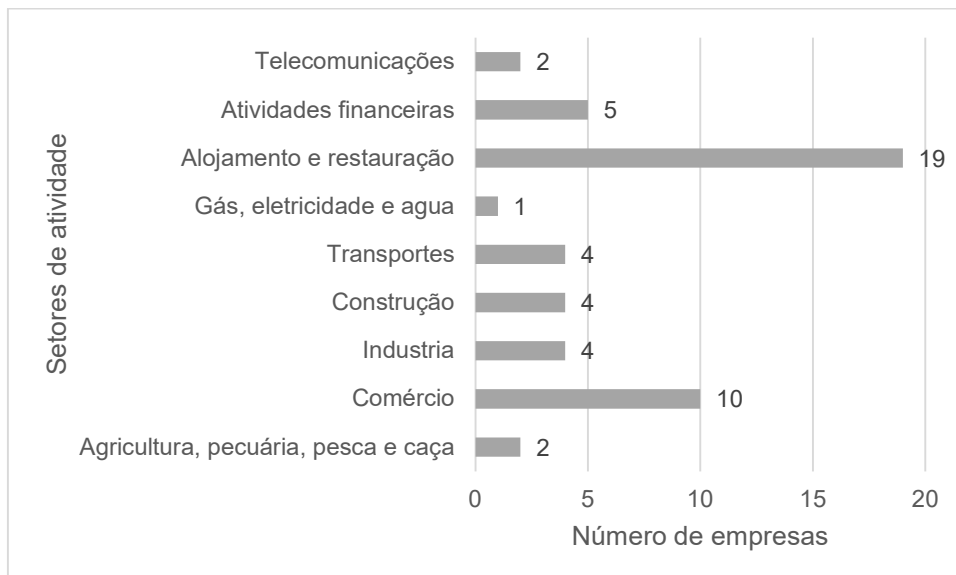


Figura 2. Distribuição das empresas de acordo com o setor de atividade

Fonte: Elaboração própria

A localização geográfica das empresas está distribuída por ilhas, deste modo, a maior parte (24 PME) das PME da amostra (53 PME) pertence à ilha de São Vicente, que segundo o Instituto Nacional de Estatística (2021) é a ilha com o terceiro maior número de PME ativas em Cabo Verde, e uma das empresas está presente na ilha de Santiago e São Vicente (Figura 3).

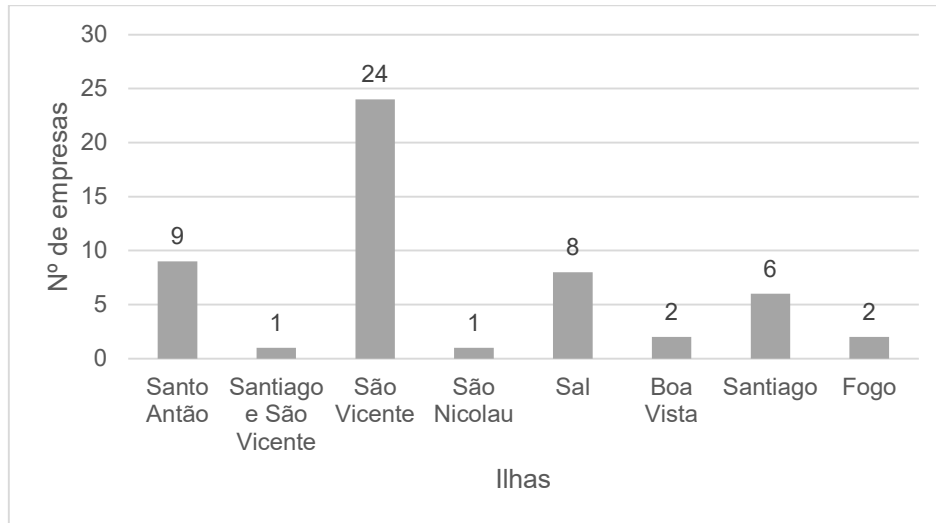


Figura 3. Distribuição das empresas de acordo com a sua localização geográfica

Fonte: Elaboração própria

4.2.2 Caracterização do relacionamento Banca - PME e aplicação de testes estatísticos

A importância da informação contabilística, transparente e credível é algo indiscutível. Neste sentido, as PME existentes em Cabo Verde estão num bom caminho, uma vez que em 2020, 72,21% das empresas tinham contabilidade organizada (Tabela 4), porém ainda há lugar a melhorias a ser feitas neste sentido. Relativamente aos resultados obtidos é interessante destacar que das 56 PME que responderam, 79% tem contabilidade organizada (Figura 4).

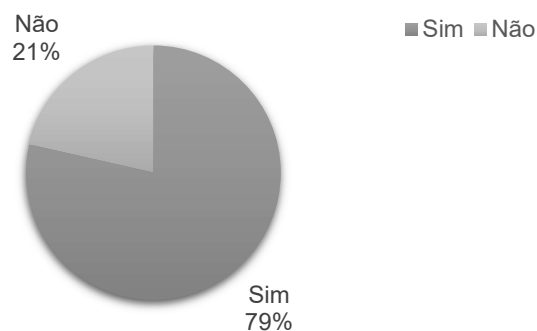


Figura 4. Distribuição das empresas de acordo com a existência de contabilidade organizada

Fonte: Elaboração própria

A questão colocada com o intuito de saber se as empresas dependem ou se já dependeram em algum momento de financiamento bancário obteve 56 respostas e 73% das empresas reponderam que dependem ou já dependeram de financiamento bancário e 27% responderam que não (Figura 5).

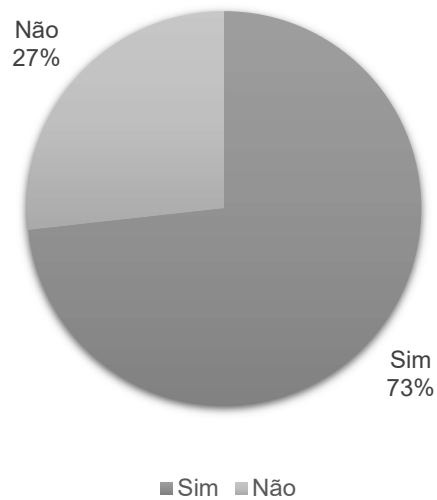


Figura 5. Distribuição das empresas de acordo com a dependência em algum momento de financiamento bancário

Fonte: Elaboração própria

Na literatura, o crédito bancário assume um papel muito importante para o desenvolvimento normal da atividade das PME, porém está cada vez mais restrito o acesso das mesmas a este tipo de financiamento tanto do lado da procura como do lado da oferta.

Conforme se pode observar a Figura 6, a fonte de financiamento mais comum entre as 45 PME que responderam é o crédito bancário que representa cerca de 73% (33) das respostas obtidas.

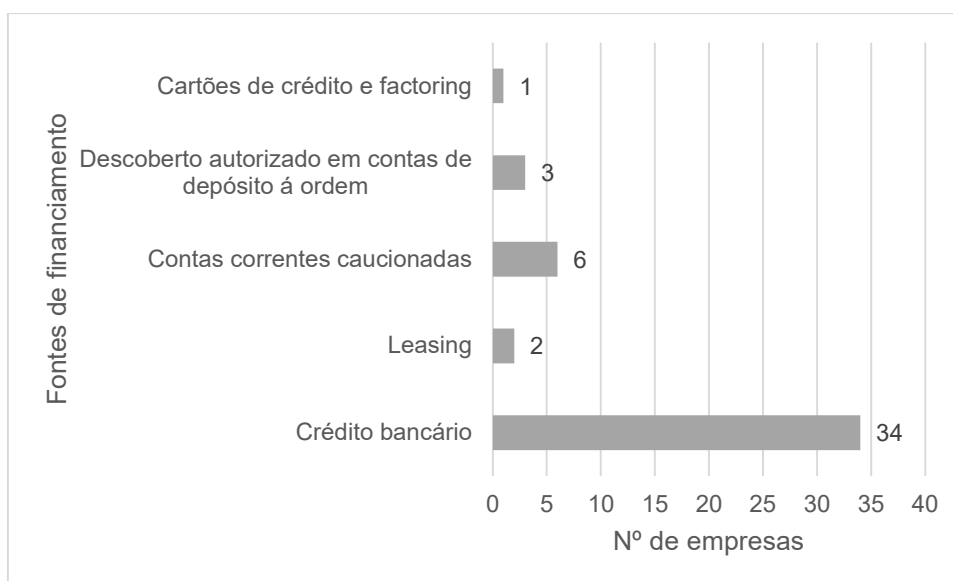


Figura 6. Distribuição das empresas de acordo com a fonte de financiamento mais utilizado

Fonte: Elaboração própria

Para confirmar a existência de uma preferência em relação às fontes de financiamento aplicou-se o teste da qualidade do ajuste. Obteve-se um valor p inferior a 0,001 que é menor que alfa (0,05), deste modo, existem evidências estatísticas suficientes para afirmar, a um nível de confiança de 5%, que existe preferência por uma fonte de financiamento (Tabela 6).

Tabela 6. Teste da qualidade do ajuste para verificar se existe preferência por alguma fonte de financiamento

n total	46
Estatística do teste	85,087 ^a
Graus de Liberdade	4
Sinal assintótico (teste de dois lados)	<0,001

a. Há 0 células (0%) com os valores esperados menor que 5. O valor mínimo esperado é 9,200.

Fonte: Elaboração própria

As empresas quando questionadas se já tiveram algum pedido de financiamento recusado pelos bancos, 55 PME responderam, das quais 78% não tiveram nenhum pedido de financiamento recusado e as restantes 22% responderam que sim (Figura 7).

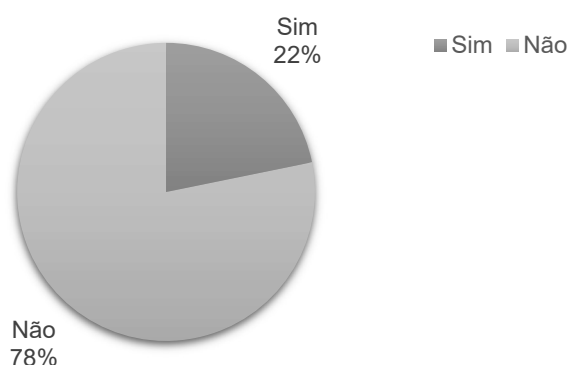


Figura 7. Distribuição das empresas de acordo com o pedido de financiamento recusado pelos bancos

Fonte: Elaboração própria

Com o objetivo de fazer uma análise conjunta entre o tempo no mercado e o pedido de financiamento recusado fez-se cruzamento entre estas duas variáveis que tiveram respostas em comum de 55 empresas. Das 12 empresas que já tiveram pedido de financiamento recusado 9 tinham mais de 6 anos no mercado, uma (1) tinha entre 4 e 6 anos de idade e duas (2) tinham entre 1 e 3 anos no mercado e das 43 empresas que nunca tiveram pedido de financiamento recusado 34 tinha mais de 6 anos, três (3) tinham entre 4 a 6 anos, quatro (4) tinham entre 1 a 3 anos de idade e duas (2) tinham menos de 1 ano de existência (Tabela 7).

Tabela 7. Tabulação cruzada entre o tempo da empresa no mercado e o pedido de financiamento recusado

		Pedido de financiamento recusado		Total
		Sim	Não	
Idade	Menos de 1 ano	0	2	2
	1 a 3 anos	2	4	6
	4 a 6 anos	1	3	4
	Mais de 6 anos	9	34	43
Total		12	43	55

Fonte: Elaboração própria

Para medir esta associação aplicou-se o teste de Kappa que permite medir a concordância nas respostas em que o seu valor varia entre -1 e 1 e quanto maior for o valor de Kappa, mais forte é a concordância, ou seja, mais forte será a associação (Suporte ao Minitetab 21, 2022). Kappa assumiu um valor de -0,023 o que mostra que não existe associação entre estas duas variáveis (Tabela 8).

Tabela 8. Teste à associação entre o tempo no mercado e o pedido de financiamento recusado

		Valor	Erro Padrão Assintótico ^a	T Aproximado ^b	Significância Aproximada
Intervalo por Intervalo	R de Pearson	0,011	0,128	0,078	,938 ^c
Ordinal por Ordinal	Correlação Spearman	0,033	0,137	0,238	,813 ^c
Medida de concordância	Kappa	-0,023	0,023	-0,983	0,326
n de Casos Válidos		55			

a. Não considerando a hipótese nula.

b. Uso de erro padrão assintótico considerando a hipótese nula.

c. Com base em aproximação normal.

Fonte: Elaboração própria

A tabulação cruzada entre o setor de atividade e o pedido de financiamento recusado mostrou que 51 empresas responderam a ambas as questões e que das 11 empresas que já tiveram pedido de financiamento recusado 6 pertenciam ao setor de alojamento e restauração, que foi o setor com o maior número de respostas totais e, da mesma forma, das 40 empresas que nunca tiveram pedido de financiamento recusado, 12 pertenciam também ao setor de alojamento e restauração (Tabela 9).

Tabela 9. Tabulação cruzada entre o setor de atividade e pedido de financiamento recusado

		Pedido de financiamento recusado		Total
		Sim	Não	
Setor de atividade	Agricultura, pecuária, pesca e caça	0	2	2
	Comércio	2	8	10
	Indústria	0	4	4
	Construção	2	2	4
	Transportes	1	3	4
	Gás, eletricidade e água	0	1	1
	Alojamento e restauração	6	12	18
	Atividades financeiras	0	5	5
	Telecomunicações	0	2	2
	Sem resposta	0	1	1
Total		11	40	51

Fonte: Elaboração própria

Para testar se existe alguma associação entre o setor de atividade e o pedido de financiamento recusado fez-se o teste V de Cramers em que o seu valor varia entre 0 e 1, sendo que o valor 0 indica que não existe qualquer associação entre as variáveis e o valor 1 indica a existência de uma associação muito forte. O valor deste teste foi de 0,385, que mesmo não indicando a ausência total de associação indica uma associação moderada segundo o IBM (2020) uma vez que está entre 0,2 e 0,6 (Tabela 10).

Tabela 10. Teste de associação entre o setor de atividade e o pedido de financiamento recusado

		Valor	Erro Padrão Assintótico ^a	T Aproximado ^b	Significância Aproximada
Nominal por Nominal	Fi	0,385			0,580
	V de Cramer	0,385			0,580
Intervalo por Intervalo	R de Pearson	-0,015	0,120	-0,103	,918 ^c
Ordinal por Ordinal	Correlação Spearman	0,015	0,118	0,105	,917 ^c
n de Casos Válidos		51			

a. Não considerando a hipótese nula.

b. Uso de erro padrão assintótico considerando a hipótese nula.

c. Com base em aproximação normal.

Fonte: Elaboração própria

Para analisar a suposta relação entre a contabilidade organizada e pedidos de financiamento recusados, fez-se o cruzamento destas duas variáveis. A tabela de tabulação cruzada (Tabela 11) indica que 55 PME responderam ambas as questões. Sendo que 10 destas empresas tem contabilidade organizada e já tiveram pedido de financiamento recusado e 33 das que tem contabilidade organizada nunca tiveram pedido de financiamento recusado. Da mesma forma, 2 das PME que não tem contabilidade organizada já tiveram pedido de financiamento recusado e 10 não tem contabilidade organizada e nunca tiveram pedido de financiamento recusado (Tabela 11).

Tabela 11. Correlação entre contabilidade organizada e pedido de financiamento recusado

		Pedido de financiamento recusado		Total
		Sim	Não	
Contabilidade Organizada	Sim	10	33	43
	Não	2	10	12
Total		12	43	55

Fonte: Elaboração Própria

Para medir esta associação primeiramente recorreu-se ao teste de qui-quadrado em que não se cumpriu os pressupostos de aplicação, deste modo aplicou-se o teste exato de Fisher, obtendo valor p igual a 1 que é um valor maior o alfa (0,05). Assim sendo não existe evidências estatísticas, a um nível de confiança de 0,05 para dizer que estas duas variáveis estejam associadas (Tabela 12).

Tabela 12. Teste Exato de Fisher para medir associação entre contabilidade organizada e pedido de financiamento recusado

	Valor	Graus de Liberdade	Significância Assintótica (Bilateral)	Sig exata (2 lados)	Sig exata (1 lado)
Qui-quadrado de Pearson	0,239 ^a	1	0,625		
Correção de continuidade ^b	0,009	1	0,926		
Razão de verossimilhança	0,250	1	0,617		
Teste Exato de Fisher				1,000	0,481
Associação Linear por Linear	0,234	1	0,628		
N de Casos Válidos	55				

a. 1 células (25,0%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 2,62.

b. Computado apenas para uma tabela 2x2

Fonte: Elaboração própria

Algumas empresas apresentam mais dificuldades em prestar as garantias exigidas pelos bancos e reunir alguns dos requisitos necessários para obter o acesso ao financiamento. A assimetria de informação que é uma das principais razões de recusa de financiamento pode ser parcialmente resolvida com a existência de contabilidade organizada de modo a ter disponível todas as informações financeiras necessárias bem estruturadas.

Na questão colocada para saber se, na opinião das PME se os requisitos impostos dificultam ou não o acesso ao financiamento, obteve-se 54 respostas. De acordo com as respostas, 63% responderam que os requisitos impostos dificultam sim o acesso ao financiamento e 37% responderam que não (Figura 8).

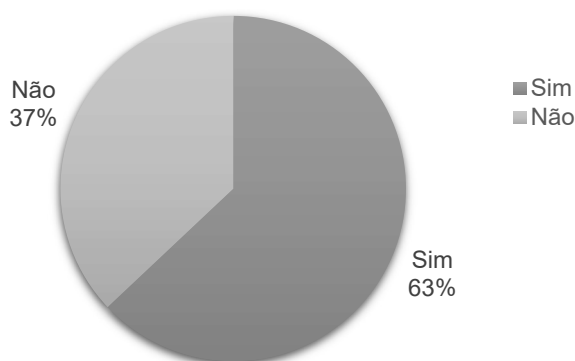


Figura 8. Distribuição das empresas de acordo com a opinião se os requisitos impostos dificultam o acesso ao financiamento

Fonte: Elaboração própria

De referir que 11 empresas (das 54 que responderam à questão dos requisitos) já tiveram pedidos de financiamento recusados consideraram que os requisitos impostos dificultam o acesso ao financiamento e uma (1) das empresas com pedidos de financiamento recusados considerou que os requisitos impostos não dificultam o acesso ao financiamento (Tabela 13).

Para 23 empresas que nunca tiveram pedido de financiamento recusado, os requisitos impostos dificultam o acesso ao financiamento e para 19 destas empresas os requisitos impostos não dificultam o acesso ao financiamento (Tabela 13).

Tabela 13. Tabulação cruzada entre requisitos impostos e pedido de financiamento recusado

		Requisitos impostos		Total
		Sim	Não	
Pedido de financiamento recusado	Sim	11	1	12
	Não	23	19	42
Total		34	20	54

Fonte: Elaboração própria

Para medir esta associação também foi utilizado o teste exato de Fisher uma vez que não se cumpriu os requisitos para a aplicação do teste de qui-quadrado. O teste de Fisher assumiu um valor p de 0,022 que é um valor menor que alfa (0,05), Deste modo, existem evidências estatísticas suficientes, a um nível de confiança de 0,05, para afirmar que estas duas variáveis estão associadas (Tabela 14).

Tabela 14. Teste à associação entre os requisitos impostos no pedido de financiamento e a recusa de financiamento

	Valor	Graus de Liberdade	Significância Assintótica (Bilateral)	Sig exata (2 lados)	Sig exata (1 lado)
Qui-quadrado de Pearson	5,451 ^a	1	0,020		
Correção de continuidade ^b	3,983	1	0,046		
Razão de verossimilhança	6,462	1	0,011		
Teste Exato de Fisher				0,022	0,018
Associação Linear por Linear	5,350	1	0,021		
N de Casos Válidos	54				

a. 1 células (25,0%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 4,44.

b. Computado apenas para uma tabela 2x2

Fonte: Elaboração própria

A questão referente à dificuldade de obter financiamento foi respondida por 51 PME e 47% reconhecem uma dificuldade moderada de obter financiamento, 37% acham difícil obter financiamento e apenas 16% consideram fácil obter financiamento (Figura 9).

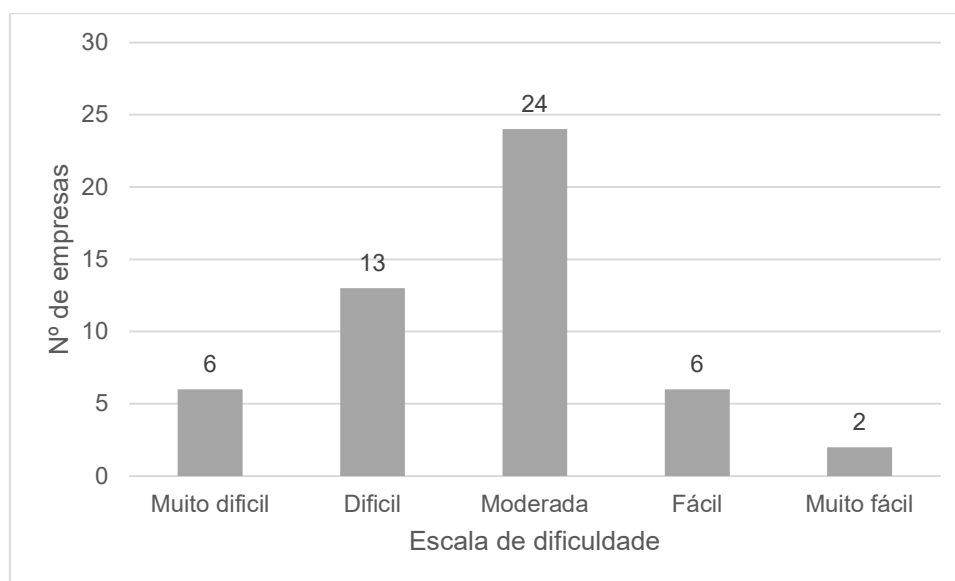


Figura 9. Distribuição das empresas de acordo com a dificuldade de obter financiamento

Fonte: Elaboração própria

Para perceber se a avaliação da dificuldade de obter financiamento está ligada às respostas das empresas se já tiveram pedidos de financiamento recusados e se os requisitos impostos dificultam ou não o acesso ao financiamento, fez-se um cruzamento da dificuldade de obter financiamento com estas duas variáveis, respetivamente.

A duas questões foram respondidas por 51 PME, das 12 empresas que já tiveram pedido de financiamento recusado, 10 consideram difícil obter financiamento, 1 considera moderado e 1 considera fácil, e das 39 empresas que não tiveram pedido de financiamento recusado, 9 consideram difícil obter financiamento, 23 consideram moderado e 7 consideram fácil (Tabela 15).

Tabela 15. Tabulação cruzada da dificuldade de obter financiamento com pedidos recusados

		Dificuldade de obter financiamento			Total
		Difícil	Moderada	Fácil	
Pedido de financiamento recusado	Sim	10	1	1	12
	Não	9	23	7	39
Total		19	24	8	51

Fonte: Elaboração própria

Para medir se existe uma associação entre estas duas variáveis (pedido de financiamento recusado e dificuldade de obter financiamento), utilizou-se a medida de concordância de Kappa. Neste caso, Kappa assumiu um valor de -0,009, assim sendo a concordância é mais fraca que o esperado ao acaso e pode-se concluir que não existe associação entre estas duas variáveis (Tabela 16).

Tabela 16. Teste à associação entre a dificuldade de obter financiamento e o pedido de financiamento recusado

		Valor	Erro Padrão Assintótico ^a	T Aproximado ^b	Significância Aproximada
Intervalo por Intervalo	R de Pearson	0,410	0,158	3,144	,003 ^c
Ordinal por Ordinal	Correlação Spearman	0,463	0,137	3,656	,001 ^c
Medida de concordância	Kappa	-0,009	0,062	-0,196	0,845
n de Casos Válidos		51			

a. Não considerando a hipótese nula.

b. Uso de erro padrão assintótico considerando a hipótese nula.

c. Com base em aproximação normal.

Fonte: Elaboração própria

Como se pode observar na Tabela 17, 51 empresas responderam as questões sobre a dificuldade de obter financiamento e pedido de financiamento recusado. Das 34 empresas que responderam que os requisitos impostos dificultam o acesso ao financiamento, 19 consideram difícil obter financiamento, 13 consideram uma dificuldade moderada e apenas 2 considera fácil obter financiamento, e dos 17 que responderam que os requisitos impostos não dificultam o acesso ao financiamento, nenhuma PME considera difícil obter financiamento, 11 consideram uma dificuldade moderada e 6 consideram fácil a obtenção de financiamento.

Tabela 17. Tabulação cruzada dificuldade de obter financiamento e se os requisitos impostos dificultam o acesso ao financiamento

		Dificuldade de obter financiamento			Total
		Difícil	Moderada	Fácil	
Requisitos impostos	Sim	19	13	2	34
	Não	0	11	6	17
Total		19	24	8	51

Fonte: Elaboração própria

Para medir a associação entre as estas duas variáveis (requisitos impostos e dificuldade de obter financiamento), também se aplicou a medida de concordância de Kappa, que assumiu o valor de -0,055, o que indica que não existe associação entre estas duas variáveis (Tabela 18).

Tabela 18. Teste à associação entre a dificuldade de obter financiamento e se os requisitos impostos dificultam o acesso ao financiamento

		Valor	Erro Padrão Assintótico ^a	T Aproximado ^b	Significância Aproximada
Intervalo por Intervalo	R de Pearson	0,566	0,073	4,803	,000 ^c
Ordinal por Ordinal	Correlação Spearman	0,578	0,078	4,959	,000 ^c
Medida de concordância	Kappa	-0,055	0,033	-1,165	0,244
n de Casos Válidos		51			

a. Não considerando a hipótese nula.

b. Uso de erro padrão assintótico considerando a hipótese nula.

c. Com base em aproximação normal.

Fonte: Elaboração própria

Na questão ilustrada pela Figura 10, as PME poderiam escolher até quatro fatores que na sua opinião mais dificultam o acesso ao financiamento. Neste sentido, das 48 PME respondentes, 36 identificaram como o fator que mais dificulta o acesso ao financiamento, a dificuldade em prestar as garantias bancária exigidas, seguido da dimensão do empréstimo, com 21 respostas, a ausência de relacionamento prévio com o banco, com 15 repostas, a dimensão da empresa e o objetivo do empréstimo, com 14 respostas, sendo que apenas 10 das PME respondentes escolheram o histórico de não cumprimento das obrigações de crédito e o tempo da empresa no mercado.

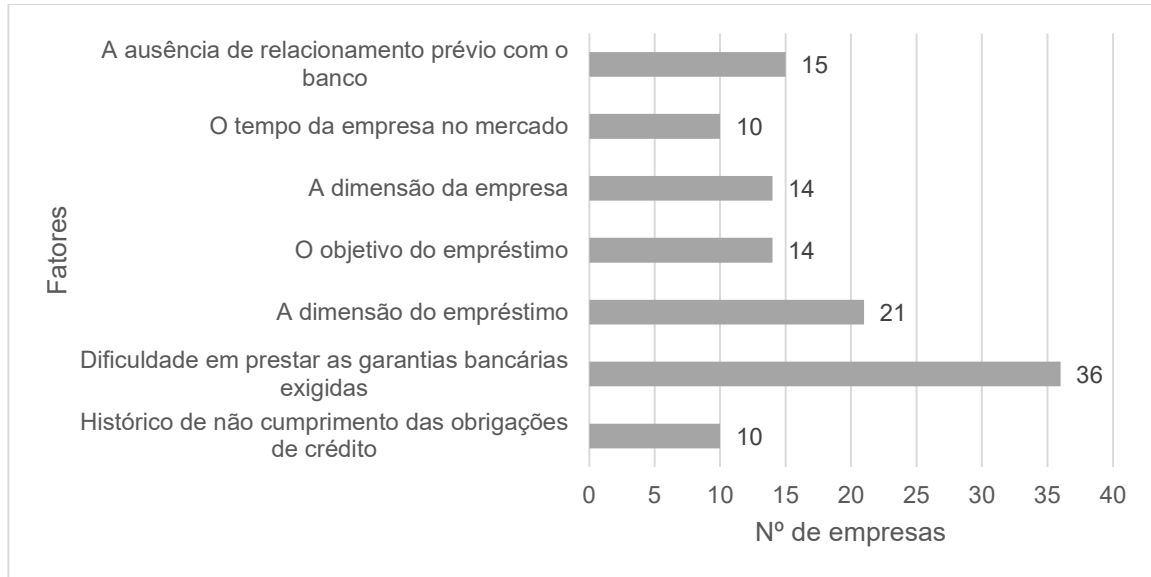


Figura 10. Distribuição das empresas de acordo com os fatores que mais dificultam o acesso ao financiamento

Fonte: Elaboração própria

Analisando a Figura 11, pode-se observar que as garantias mais solicitadas pelos bancos na opinião das 50 PME que responderam é a hipoteca sobre terrenos e edifícios que somou um total de 23 respostas e os ativos pessoais dos sócios que somou um total de 15 respostas.

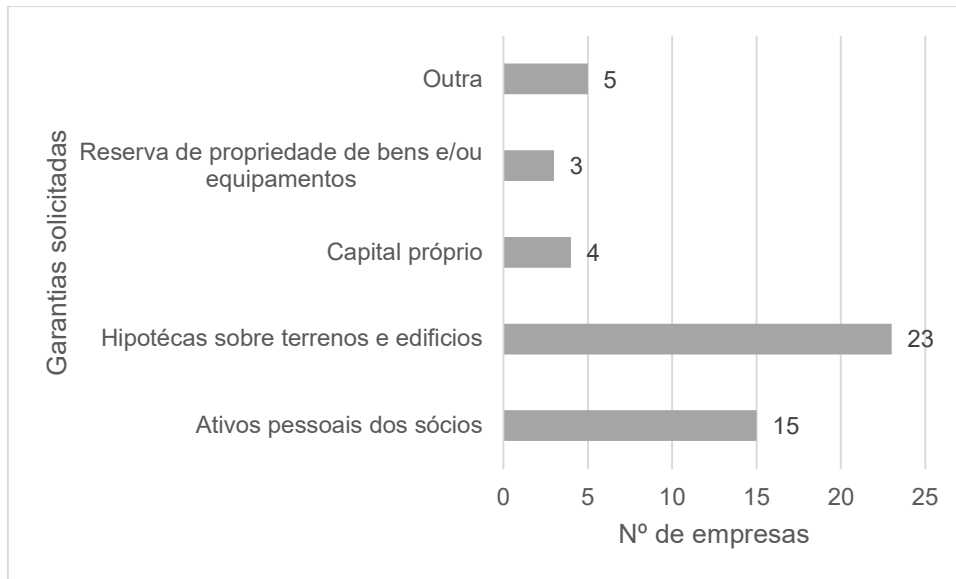


Figura 11. Distribuição das empresas de acordo com as garantias solicitadas pelos bancos

Fonte: Elaboração própria

A informação mais exigida para a obtenção do primeiro empréstimo é o plano de negócio detalhado, com 32 respostas (das 49 respostas obtidas), seguido das projeções de vendas que foi escolhida por 11 PME respondentes (Figura 12).

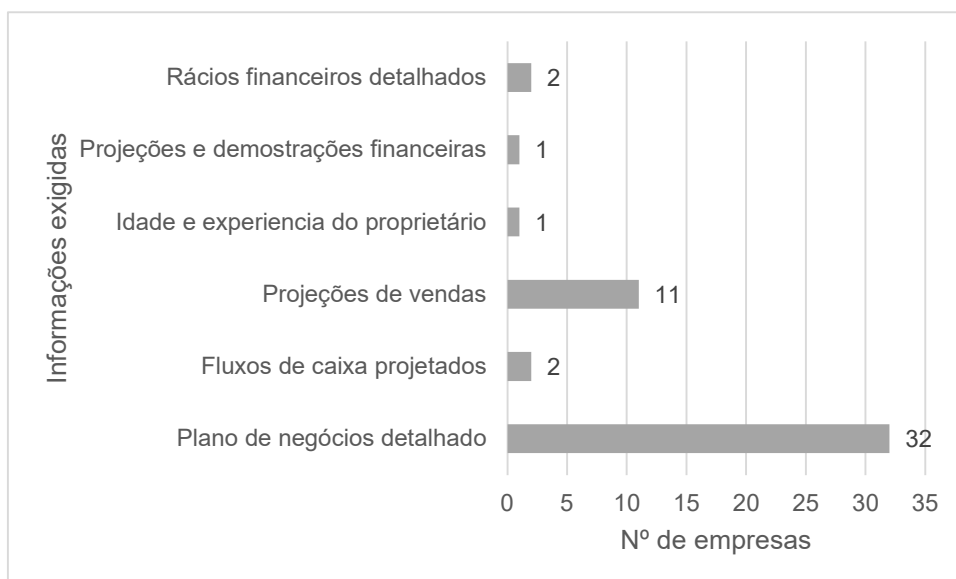


Figura 12. Distribuição das empresas de acordo com as informações exigidas para a obtenção do primeiro empréstimo

Fonte: Elaboração própria

Nesta fase é importante saber o número de bancos com que as empresas se relacionam para saber quais as vantagens mais e menos importantes as PME reconhecem em trabalhar com mais do que um banco.

Obteve-se 54 respostas e 22% responderam que se relacionam com apenas um banco, os restantes 78% se relacionam com mais do que um banco (Figura 13).

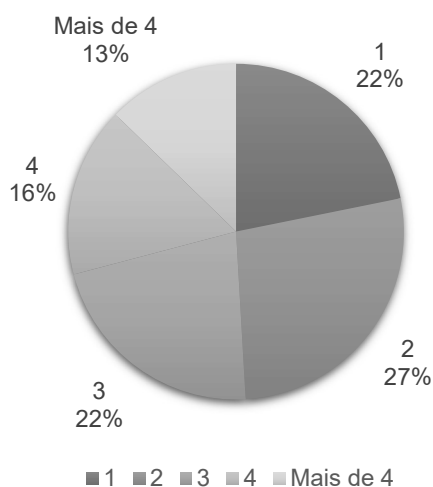


Figura 13. Distribuição das empresas de acordo com o número de bancos com que se relacionam

Fonte: Elaboração própria

4.2.2.1 Vantagens em se relacionar com mais do que um banco, segundo o grau de importância atribuído

No meio empresarial e não só, é comum se relacionar com mais do que um banco pelas vantagens que se pode obter. Neste sentido foi enumerado algumas das vantagens de se relacionar com mais do que um banco com o objetivo de saber qual a importância atribuída pelas empresas que se relacionam com mais do que um banco a cada uma dessas vantagens.

Esta parte do questionário mede a importância global das vantagens de se relacionar com mais do que um banco que não pode ser medida de forma direta e por isso é definida por um conjunto de variáveis latentes presentes na Tabela 21.

Antes de analisar as respostas das PME, foi feito um teste de confiabilidade através do cálculo do alfa de Cronbach que assumiu um valor de 0,897 o que mostra uma consistência interna boa (Tabela 19).

Tabela 19. Alfa de Cronbach – Consistência Interna

Alfa de Cronbach	Alfa de Cronbach Baseada em itens padronizados	n itens
0,897	0,899	7

Fonte: Elaboração própria

Também se fez a correlação multivariada para quantificar a intensidade e a direção da associação entre as variáveis latentes sem qualquer relação de causa-efeito.

Constatou-se a existência de uma correlação forte entre os itens uma vez que a maioria dos valores se situaram entre 0,4 e 0,7. A menor correlação se verificou entre os itens variedades de produtos e serviços oferecidos e dividir o risco em mais do que um banco sendo que a correlação entre estes assumiu um valor de 0,368 e a maior correlação sumiu um valor de 0,766 e foi entre os itens reduzir as taxas de juro e aumentar o poder negocial (Tabela 20).

Tabela 20. Matriz de correlações entre itens

Vantagens	V1	V2	V3	V4	V5	V6	V7
V1	1,000	0,595	0,637	0,519	0,549	0,473	0,368
V2	0,595	1,000	0,766	0,581	0,398	0,551	0,512
V3	0,637	0,766	1,000	0,612	0,541	0,684	0,494
V4	0,519	0,581	0,612	1,000	0,471	0,742	0,512
V5	0,549	0,398	0,541	0,471	1,000	0,552	0,488
V6	0,473	0,551	0,684	0,742	0,552	1,000	0,700
V7	0,368	0,512	0,494	0,512	0,488	0,700	1,000

Nota: V1 - Variedades de produtos e serviços oferecidos; V2 - Reduzir as taxas de juro; V3 - Aumentar do poder negocial com os bancos; V4 - Montantes mais elevados de financiamento; V5 - Escolher com que banco- trabalhar; V6 - Aumentar a aceitação dos pedidos de crédito; V7 - Dividir o risco em mais que um banco.

Fonte: Elaboração própria

Analisando agora as respostas, das 55 empresas que responderam á questão 14, 43 se relacionam com mais do que um banco e fazendo a análise da média da importância atribuída a cada variável, estas empresas reconhecem como a vantagem mais importante a possibilidade de reduzir as taxas de juro sendo que esta apresenta uma média de 4,30 (Tabela 21).

A segunda vantagem mais importante é escolher com que banco se quer trabalhar (4,19), seguido da possibilidade de aumentar o poder negocial com os bancos (4,16), aumentar a aceitação dos pedidos de crédito (3,98), conseguir um montante mais elevado de financiamento (3,74), variedades de produtos e serviços oferecidos (3,67) e dividir o risco em mais do que um banco (3,47), respetivamente (Tabela 21).

Assim sendo as médias apresentadas indicam uma atribuição de importância maior a algumas vantagens do que a outras.

Tabela 21. Importância das vantagens de se relacionar com mais do que um banco

Variável	1		2		3		4		5		Média	Desvio Padrão
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%		
Variedades produtos e serviços oferecidos	2	5%	3	7%	14	33%	12	28%	12	28%	3,67	1,107
Reduzir as taxas de juro	2	5%	3	7%	3	7%	7	16%	28	65%	4,30	1,166
Aumentar o poder negocial com os bancos	2	5%	1	2%	7	16%	11	26%	22	51%	4,16	1,09
Montante mais elevado de financiamento	2	5%	3	7%	13	30%	11	26%	14	33%	3,74	1,136
Escolher com que banco que trabalhar	3	7%	1	2%	4	9%	12	28%	23	53%	4,19	1,16
Aumentar a aceitação dos pedidos de crédito	3	7%	0	0%	9	21%	14	33%	17	40%	3,98	1,123
Dividir o risco em mais que um banco	4	9%	5	12%	15	35%	5	12%	14	33%	3,47	1,316

Fonte: Elaboração própria

Este capítulo permitiu fazer a caracterização demográfica da amostra e analisar o relacionamento entre os bancos e as PME, bem como a importância atribuída pelas PME a cada uma das vantagens de se relacionar com mais que um banco. A análise exploratória destes dados e os testes de hipóteses aplicados permitiram chegar a algumas conclusões importantes e também validar ou refutar as hipóteses de estudo, sendo que estes resultados serão apresentados no próximo capítulo. As conclusões deste estudo não podem ser generalizadas tendo em conta o tamanho reduzido da amostra.

Conclusões, Limitações e Futuras Linhas de Investigação

Este estudo teve como objetivo principal saber o papel do banco central de Cabo Verde no financiamento das PME. Para isso foi realizado uma revisão de literatura que permitiu concluir sobre a importância das PME para a economia em geral, a importância do financiamento bancário para as PME, bem como as dificuldades que estas enfrentam na obtenção do crédito bancário.

Na revisão de literatura constatou-se que o crédito bancário é a principal fonte de financiamento externo das PME e dela depende o normal funcionamento da atividade das empresas, porém esta dependência do financiamento bancário muda consoante o país em questão.

Conforme se pode apurar, os autores normalmente tendem a explorar as dificuldades associadas ao financiamento apenas do lado da oferta, porém também deve-se apurar esta dificuldade do lado procura e uma das principais dificuldades verifica-se pela assimetria de informações, principalmente informações financeiras, que muitas vezes é consequência da falta de contabilidade organizada, dificuldade em prestar as garantias exigidas e os requisitos impostos pelos bancos.

Falou-se também sobre o papel do banco central em geral e sobre os acordos de Basileia com ênfase na Basileia III, o qual impõe maiores restrições no que diz respeito ao acesso ao financiamento por parte das PME, sendo que os impactos das Basileias não foram replicados neste estudo uma vez que Cabo Verde ainda está no estágio inicial para a implementação destes acordos

Para alcançar o objetivo proposto utilizou-se a análise documental qualitativa e um questionário que é uma metodologia quantitativa para responder aos dois objetivos específicos definidos, respetivamente.

Durante a análise dos documentos conseguiu-se apurar que, antes da pandemia, Cabo Verde era marcado por um crescimento económico significativo, principalmente no setor turístico sendo que, em 2020, houve uma paralisação da economia. Porém, em 2021, o PIB aumentou em 13% e estima-se que atualmente a economia cresce num ritmo mais lento.

A nível microeconómico há uma grande concentração empresarial nas ilhas de Santiago, São Vicente e Sal, representando um total de 76% das empresas ativas no país e, em termos de dimensão das empresas, a maior percentagem pertence às microempresas, seguindo das PME, que são a população alvo deste estudo e, mais uma vez, a maior concentração das PME se encontram nas ilhas anteriormente referidas. As PME ativas em Cabo Verde somam um total de 2569 empresas.

Por setores de atividade, o comércio e reparação de veículos automóveis e motociclos, foi o sector que, em 2020, centralizou o maior número de empresas ativas (40,46%), seguido do Alojamento e Restauração (17,60%) e da Indústria Transformadora (10,16%).

As PME apresentaram um total de 72,21% das empresas com contabilidade organizada e 27,29 % sem contabilidade organizada que, mesmo sendo uma porção menor, ainda assim é representativo.

Das funções do Banco de Cabo Verde apresentadas, a que melhor define o objetivo proposto é a função de exercer a supervisão das instituições de crédito e parabancárias, nomeadamente, estabelecendo diretivas para assegurar os serviços de centralização de riscos de crédito.

Não se conseguiu concluir sobre a implementação dos acordos de Basileia em Cabo Verde devido à escassez de informação e ao fato dos acordos ainda não estarem devidamente implementados, porém, independentemente destes acordos, existe legislação e regulamentos que permitem exercer a função referida no parágrafo anterior. Esta contribui para influenciar o relacionamento entre os bancos e as PME.

Nos resultados dos inquéritos aplicados pelo BCV aos bancos que foram apresentados no capítulo 3, pode-se observar que os critérios de acesso ao crédito e os termos e condições impostos dependem de fatores como perceção de risco por parte dos bancos associado às empresas, principalmente no que diz respeito à contabilidade organizada, às garantias exigidas, setor de atividade, dimensão das empresas, nível de incumprimento e pressões exercidas pela concorrência. Deste modo em alguns anos existe um ligeiro aumento ou diminuição das condições impostas em algumas instituições enquanto em outras instituições ou em outros anos não existe alterações.

A conclusão que se pode tirar destas análises, principalmente da análise das funções do banco central, da legislação e regulamentos do setor bancário e da análise dos inquéritos aplicados pelo BCV aos bancos sediados em Cabo Verde é que o banco central influencia a relação entre os bancos e as empresas até certo ponto.

Utilizando a sua função de supervisão das instituições de crédito o banco central elabora legislação e regulamentos para manter a estabilidade do setor financeiro e fazer com que os bancos tomem decisões de crédito com base nos riscos associados.

Desta forma em resposta ao primeiro objetivo específico, conclui-se que os bancos têm alguma autonomia para definição dos critérios de acesso ao crédito bem como o aumento ou diminuição destes critérios consoante a sua perceção de risco e pressões da concorrência e isto pode ser confirmado pelo fato de ao longo dos anos alguns bancos tornarem mais acessíveis ou mais restritos este acesso e outros não. Ou seja, os bancos têm alguma autonomia neste quesito desde que não ultrapassem os limites impostos pelo banco central.

Para responder ao segundo objetivo específico elaborou-se um questionário aplicado a uma amostra por conveniência de PME em Cabo Verde que obteve um total de 56 respostas. Porém, como já mencionado, algumas questões não foram respondidas por todas as empresas da amostra, pelo que se considerou uma amostra diferente para cada questão e, devido ao tamanho reduzido da amostra, fez-se uma análise exploratória dos dados pelo que não se pode generalizar estes resultados.

Associado ao segundo objetivo específico, elaboraram-se oito hipóteses de investigação e, para responder a estas hipóteses, procedeu-se à análise das estatísticas descritivas dos dados recolhidos e aplicou-se alguns testes estatísticos para validar as hipóteses formuladas.

Das respostas obtidas 77% das PME tinham mais de 6 anos no mercado, a maior concentração das respostas foi no setor de alojamento e restauração com 37% das respostas obtidas, contrariamente a um estudo idêntico realizado por Marta em 2016 em que a maior percentagem das PME que responderam operavam no setor do comércio e 45% das PME da amostra se localizavam na ilha de São Vicente.

Das empresas que responderam, 79% tinham contabilidade organizada sendo que no estudo anteriormente citado (Marta, 2016) cerca de 90% das PME tinham contabilidade organizada. 73% das PME da amostra já dependeram em algum momento de financiamento bancário e 73% tinham como principal fonte de financiamento o financiamento bancário, tal como no estudo realizado por Tavares et al. em 2015 e das respostas obtidas neste estudo 78% nunca tiveram pedidos de financiamento recusado e 63% das empresas acham que os requisitos impostos dificultam o acesso ao financiamento.

Na avaliação da dificuldade de obter financiamento, 47% das empresas avaliaram como uma dificuldade moderada e 75% empresas escolheram a dificuldade em prestar as garantias bancárias exigidas como o fator que mais dificulta o acesso ao financiamento, sendo que no estudo realizado por Tavares et al. (2015) na cidade do Porto, as empresas reconheciam como a maior dificuldade no acesso ao financiamento as taxas de juro seguido das comissões e despesas e garantias bancárias exigidas, sendo que no mesmo estudo a hipoteca sobre terrenos era uma das garantias mais exigidas tal como no presente estudo segundo 46% das PME que responderam ao questionário.

O plano de negócio detalhado é a informação mais exigida na obtenção do primeiro empréstimo tendo sido escolhido por 65% das PME. Também se conseguiu apurar que 78% das empresas que responderam se relacionam com mais que um banco.

Como já observado, a maior parte das PME tinham como principal fonte de financiamento o financiamento bancário, porém, para dar uma maior robustez científica, foi aplicado o teste da qualidade do ajuste para verificar se existia preferência por alguma fonte de financiamento e as evidências estatísticas (valor $p < \alpha$) permitiram afirmar que existia sim uma preferência por uma fonte de financiamento validando assim a hipótese de investigação H1.

Para medir se o tempo das empresas no mercado (idade) influencia no acesso ao financiamento aplicou-se o teste de concordância de Kappa que assumiu um valor de -0,023, o que permitiu concluir que não existe nenhuma associação entre estas duas variáveis refutando assim a hipótese de investigação H2.

Da mesma forma utilizou-se o teste V de Cramer para saber se o setor de atividade influencia no acesso ao financiamento e o teste aplicado assumiu um valor de 0,385 que não indica uma ausência total de associação, mas indica uma associação moderada. Nestas condições sendo que o valor se encontra mais perto de uma associação fraca do que de uma associação forte e com base em toda a análise feita concluiu-se que o setor de atividade não tem influência no acesso ao financiamento refutando assim a hipótese de investigação H3.

Seguindo a mesma lógica aplicou-se o teste exato de Fisher para saber se a existência de contabilidade organizada e o acesso ao financiamento estão associados e segundo as evidências estatísticas (valor $p > \alpha$) não se pode afirmar que existe uma associação entre estas duas variáveis, refutando assim a hipótese de investigação H4.

O teste de Fisher também foi utilizado para saber se as empresas que acham que os requisitos impostos dificultam o acesso ao financiamento é porque já tiveram pedido de financiamento recusado e segundo as evidências estatísticas (valor $p < \alpha$) estas duas variáveis estão associadas validando assim a hipótese de investigação H5.

Para saber se a avaliação da dificuldade de obter financiamento está associada ao pedido de financiamento recusado e à opinião das empresas se os requisitos impostos dificultam ou não o acesso ao financiamento aplicou-se o teste de concordância de Kappa para ambas as situações. Kappa assumiu um valor de -0,009 para a dificuldade e obter financiamento e pedido de financiamento recusado, deste modo pode-se afirmar que não existe associação entre estas duas variáveis refutando assim a hipótese de investigação H6 e para a dificuldade de obter financiamento e requisitos impostos, Kappa assumiu um valor positivo, porém de 0,005 que também indica a ausência de associação refutando a hipótese de investigação H7.

As empresas que responderam que se relacionavam com mais do que um banco, avaliaram numa escala de importância as vantagens de relacionar com mais do que um banco. A consistência interna desta seção do questionário se revelou boa segundo as evidências estatísticas (Alfa de Cronbach = 0,897) e constatou-se uma correlação forte entre quase todos os itens a serem medidos. Através da análise da média da importância atribuída constatou-se que as empresas atribuíram maior importância à possibilidade de reduzir as taxas de juro (média = 4,30), seguido do fato de poder escolher com que banco se quer trabalhar (média = 4,19).

Assim sendo, pode-se concluir que as empresas atribuem sim maior importância a algumas vantagens do que a outras, validando assim a hipótese de investigação H8.

Durante a realização deste estudo deparou-se com as seguintes limitações:

- Não existem dados suficientes disponíveis no site da INE e do Banco de Cabo Verde, pelo que os dados que não estão disponíveis tem de ser solicitados através da plataforma ou do email, e a submissão do pedido de dados não obteve resposta.
- Foi enviado um pedido da lista de PME existentes em Cabo Verde, sendo que a lista disponível online no site da Câmara do Comércio estava desatualizada e a maioria dos contactos tanto de telefone como de email não existiam, porém, este pedido foi recusado uma vez que seria proibido disponibilizar contactos das empresas. Como solução utilizou-se os números e emails que funcionavam e ajuda de alguns contactos pessoais para que este questionário chegasse a mais empresas. Esta situação resultou no número reduzido da amostra.

Como sugestões para investigação futura, propõe-se fazer um estudo junto com os bancos para apurar em termos específicos a influência do banco central nos requisitos que estes impõem no

acesso ao crédito por parte das PME; fazer um estudo sobre os programas de apoio existentes em Cabo Verde para as PME em alternativa ao crédito bancário; estudar o impacto da Basileia III no acesso ao financiamento das PME e a implementação do fator de apoio; fazer um estudo aprofundado sobre os fatores determinantes no acesso financiamento tanto do lado da procura como do lado da oferta.

Referências Bibliográficas

- Alcavra, P. (2011). *O guia completo sobre a Banca e as PME*. Portugal: Vida económica. Obtido em 03 de Novembro de 2021
- Badulescu, D. (2010). SMEs Financing: the Extent of Need and the Responses of Different Credit Structures. *Theoretical and Applied Economics*, 25-36. Obtido em 29 de Novembro de 2021, de <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/44252442/481-with-cover-page-v2.pdf?Expires=1638196007&Signature=hJK8IA79zg1JAoqVOj3~LHCpaQ41g5Frk7cMX5kcRX9yGQjxYiLcFuGbpNb8yBPcQMoQJAE8K~PJ-fm4f45nE7bSw6nXkEoLIT0k7g8-NRTToYOM7i0y43KGxkPUOgfr~JInYhCHApOJ67vCwTWdQ050>
- Baker, M., & Wurgler, J. (2002). Market timing and capital structure. *The journal of finance*. Obtido em 04 de Novembro de 2021, de <http://people.stern.nyu.edu/jwurgler/papers/capstruct.pdf>
- Banco Africano de Investimentos. (2020). *BAI*. Obtido em 06 de Junho de 2022, de BAI: <https://bancobai.ao/pt/institucional/quem-somos/sobre-o-bai>
- Banco Cabo-verdiano de Negócios. (2022). *BCN*. Obtido em 15 de Junho de 2022, de BCN: https://bcn.cv/pt_PT/bcn-institucional/visao-missao-e-valores/
- Banco comercial do Atlântico. (2022). *BCA*. Obtido em 15 de Junho de 2022, de BCA: <https://www.bca.cv/default.aspx?sidc=0&idc=343&idl=1>
- Banco de Cabo Verde. (2016). Plano estratégico do Banco de Cabo Verde 2016-2019. Cabo Verde. Obtido em 19 de Janeiro de 2022, de <https://www.bcv.cv/pt/O%20Banco/Missao%20e%20Objetivo/Documents/Plano%20Estrat%C3%A9gico%20Site.pdf>
- Banco de Cabo Verde. (2018). *Inquérito aos Bancos sobre o Mercado de Crédito Cabo-Verdiano/4º trimestre de 2018*. Relatório do inquérito á politica de crédito. Obtido em 04 de Outubro de 2022, de <https://www.bcv.cv/pt/Estatisticas/Publicacoes%20e%20Intervencoes/Relatorios/Relatoriaopolitica/Documents/2019/INQU%C3%89RITO%20AOS%20BANCOS%20SOBRE%20O%20MERCADO%20DE%20CR%C3%89DITO%204%C2%BAT%20VF%202018.pdf>
- Banco de Cabo Verde. (2019a). *Banco de Cabo Verde*. Obtido em 19 de Janeiro de 2022, de BCV: <https://www.bcv.cv/pt/Paginas/Homepage.aspx>
- Banco de cabo verde. (2019b). *Inquérito aos Bancos sobre o Mercado de Crédito Cabo-Verdiano/4º trimestre de 2019*. Relatório do inquérito á politica de crédito. Obtido em 04 de Outubro de 2022, de https://www.bcv.cv/pt/Estatisticas/Publicacoes%20e%20Intervencoes/Relatorios/Document s/INQU%C3%89RITO%20AOS%20BANCOS%20SOBRE%20O%20MERCADO%20DE%20CR%C3%89DITO%204%C2%BAT%202019_F.pdf

- Banco de Cabo Verde. (2019c). *Missão e objetivos*. Obtido em 06 de Outubro de 2022, de <https://www.bcv.cv/en/O%20Banco/Missao%20e%20Objetivo/Paginas/MissaoeObjectivo.aspx>
- Banco de Cabo Verde. (2020). *Inquérito aos Bancos sobre o Mercado de Crédito Cabo-Verdiano/4º trimestre de 2020*. Relatório do inquérito á politica de crédito. Obtido em 04 de Outubro de 2022, de <https://www.bcv.cv/pt/Estatisticas/Publicacoes%20e%20Intervencoes/Relatorios/Relatoriaopolitica/Documents/2020/INQU%3%89RITO%20AOS%20BANCOS%20SOBRE%20O%20MERCADO%20DE%20CR%3%89DITO%204%20BAT%202020.pdf>
- Banco de Cabo Verde. (2021). *Inquérito ao mercado de crédito, síntese dos resultados – 4º trimestre de 2021*. Relatório do inquérito á politica de crédito. Obtido em 17 de Maio de 2022, de <https://www.bcv.cv/pt/Estatisticas/Publicacoes%20e%20Intervencoes/Relatorios/Relatoriaopolitica/Documents/2021/INQU%3%89RITO%20AOS%20BANCOS%20SOBRE%20O%20MERCADO%20DE%20CR%3%89DITO%203%20BAT%202021.pdf>
- Banco de Cabo Verde. (2022a). *Inquérito ao mercado de crédito, síntese dos resultados – 2º trimestre de 2022*. Relatório do inquérito á politica de crédito. Obtido em 04 de Outubro de 2022, de <https://www.bcv.cv/pt/Estatisticas/Publicacoes%20e%20Intervencoes/Relatorios/Documentos/INQU%3%89RITO%20AOS%20BANCOS%20SOBRE%20O%20MERCADO%20DE%20CR%3%89DITO%202%20BAT%202022.pdf>
- Banco de Cabo Verde. (2022b). *Setor Bancário 2022*. Obtido em 05 de Outubro de 2022, de <https://www.bcv.cv/pt/O%20Banco/Sectores/Paginas/Setor-Banc%3%A1rio-2022.aspx>
- Banco de Fomento Internacional. (2022). *BFI*. Obtido em 05 de Agosto de 2022, de BFI: <https://www.bfibank.com/en/Default-2.html>
- Banco de Portugal. (2022). *Missão e funções*. Obtido em 06 de Outubro de 2022, de <https://www.bportugal.pt/page/missao-e-funcoes?mlid=808>
- Banco Interatlântico. (2022). *BI*. Obtido em 15 de Junho de 2022, de BI: <http://www.bi.cv/Conteudos/Artigos/detalhe.aspx?idc=332&idsc=2103&idl=1>
- Banha, F. (Novembro de 2010). Empreendedorismo e seus Mecanismos de Financiamento. *Revista da Câmara de Comércio Americana em Portugal*. Obtido em 03 de Novembro de 2021, de Gesventure: https://gesventure.pt/newsletter/Info_n63.htm
- Bank For Internacional Settlements (BIS). (2015). The Basel Committee: a brief history. Obtido em 26 de Dezembro de 2021, de https://www.bis.org/bcbshistory2_obsolete.htm
- Beck, T., & Demirguc-Kunt, A. (2016). Small and medium-size enterprises: Access to finance as a growth constraint. *Journal of Banking and Finance*, 30. Obtido em 04 de Novembro de 2021, de <https://reader.elsevier.com/reader/sd/pii/S0378426606000926?token=F19EAD49B386523>

3337F6B0E51B65CA0CE068EA7D741D5244FF303EA009D4903ACF2E2BD40E2E30951
61DA5B4794A170&originRegion=eu-west-1&originCreation=20211104223123

Caixa Económica de Cabo Verde. (2022). *Caixa*. Obtido em 15 de Junho de 2022, de Caixa:
<https://www.caixa.cv/institution>

Ecobank, the pan African Bank. (2022). *Ecobank*. Obtido em 05 de Agosto de 2022, de Ecobank:
<https://ecobank.com/group>

European Commission. (2017). *Ficha temática do semestre Europeu - Financiamento das Pequenas e Médias Empresas*. Ficha temática. Obtido em 26 de Outubro de 2022, de
https://ec.europa.eu/info/sites/default/files/file_import/european-semester_thematic-factsheet_small-medium-enterprises-access-finance_pt.pdf

Farinha, L., & Félix, S. (2014). Uma análise de restrições de financiamento as PME portuguesas. *Artigos de estabilidade financeira*. Obtido em 26 de Dezembro de 2021, de
https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/papers/artigo_3_pt.pdf

Figueiredo, M. N. (2017). *A Crise Financeira e o III Acordo de Basileia: Alterações no crédito concedido às PME*. Tese de Mestrado, Universidade de Coimbra, Faculdade de economia. Obtido em 26 de Dezembro de 2021, de
<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/82332/1/Vers%C3%A3o%20final%20RE%20-%20Mafalda%20F.pdf>

García-Teruela, P. J., & Martínez-Solano, P. (2007). Effects of Working Capital Management on SME Profitability. *International Journal of Managerial Finance*, 164-177. Obtido em 11 de Dezembro de 2021, de
https://www.researchgate.net/profile/Pedro-Solano/publication/314890129_Effects_of_Working_Capital_Management_on_SME_Profitability/links/5db730be92851c8180114ac0/Effects-of-Working-Capital-Management-on-SME-Profitability.pdf

Gião, R. A. (2018). *Financiamento das PME- Estudo de caso à Gomes, Sobral & Filhos, Lda*. Tese de Mestrado, Instituto politécnico de setúbal, Escola superior de ciências empresariais. Obtido em 29 de Novembro de 2021, de
<https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/22379/1/Tese%20-%20Ricardo%20Gi%C3%A3o.pdf>

iibGrupo Holdings. (2020). *iibCabo Verde*. Obtido em 05 de Agosto de 2022, de iibCabo Verde:
<https://www.iibanks.com/cape-verde/>

Instituto Nacional de Estatística. (8 de Junho de 2021a). *Estatísticas Empresariais em Cabo Verde – 2011 A 2020*. Obtido em 09 de Setembro de 2022, de INE:
<https://ine.cv/quadros/estatisticas-empresariais-cabo-verde-2011-2020/>

Instituto Nacional de Estatística. (31 de Março de 2021b). *PIB e componentes (Trimestrais) - 1º trimestre 2007 a 4º trimestre 2020*. Obtido em 6 de Junho de 2022, de INE:
<https://ine.cv/quadros/contas-nacionais-trimestrais-4o-trimestre-2020/>

- Instituto Nacional de Estatística. (31 de Março de 2022). *PIB e componentes (Trimestrais) - 1º trimestre 2007 a 4º trimestre 2020*. Obtido em 06 de Junho de 2022, de INE: <https://ine.cv/quadros/pib-componentes-trimestrais-1o-trimestre-2007-4o-trimestre-2021/>
- Instituto Nacional de Estatística Cabo Verde. (2020a). *Estatísticas vitais*. Obtido em 06 de Junho de 2022, de INE: <https://ine.cv/estatisticas-vitais/#1528278952856-cc2312aa-3c27>
- Instituto Nacional de Estatísticas. (06 de Abril de 2020b). *PIB e Componentes (Trimestrais)*. Obtido em 06 de Junho de 2022, de INE: <https://ine.cv/quadros/pib-componentes-trimestrais-1o-t-2007-4ot-2019/>
- International Business Machines. (15 de Setembro de 2020). *Documentação IBM*. Obtido em 28 de Setembro de 2022, de IBM: <https://www.ibm.com/docs/es/cognos-analytics/11.1.0?topic=terms-cramrs-v>
- Kaya, O. (2014). SME financing in the euro area: New solutions to an old problem. *Deutsche Bank Reserch Management*. Obtido em 04 de Novembro de 2021, de https://www.dbresearch.com/PROD/RPS_EN-PROD/PROD000000000444495/SME_financing_in_the_euro_area%3A_New_solutions_to_a.pdf?undefined&reaload=NqYUzm/sAZISzjkzOyisaAvvrkdfAPZsxwsTEWCuDhZk98WkN3B1E/FD3q6dU1fQ
- Luzio, R. F. (2015). *Os determinantes do financiamento bancário às PME portuguesas*. Tese de Mestrado, Universidade do Porto, Faculdade de Economia, Porto. Obtido em 04 de Novembro de 2021, de <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/81401/2/37149.pdf>
- Maquieira, C. P., & Vieito, J. P. (2013). *Finanças Empresariais* (Vol. 2). Escolar Editora. Obtido em 03 de Novembro de 2021
- Marques, R. C. (2016). *Fatores Relevantes no Relacionamento Banca-PME: Orientações para gestores de PME*. Tese de Mestrado, Universidade de Lisboa, Economia e Gestão. Obtido em 17 de Maio de 2022, de <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/12367/1/DM-RCCM-2016.pdf>
- Marta, V. C. (2016). *Financiamento Bancário as Pequenas e Médias Empresas em Cabo Verde*. Obtido em 26 de Outubro de 2021, de <https://www.bcv.cv/pt/Estatisticas/Publicacoes%20e%20Intervencoes/Working%20Papers/Documents/Financiamento%20Banc%C3%A1rio%20e%20Pequenas%20e%20M%C3%A9dias%20Empresas%20em%20Cabo%20Verde,%20V%C3%A2nia%20Cardoso%20Marta,%202016.PDF>
- Moreira, M. N. (2019). *Modelos de Financiamento Empresarial: O Financiamento das Pequenas e Médias Empresas (PME's) em Cabo Verde*. Tese de Mestrado, Instituto superior de Gestão, Gestão Financeira, Lisboa. Obtido em 03 de Novembro de 2021, de <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/29388/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Maria%20Nelita%20Moreira%20%20Vers%C3%A3o%20Final%2015%20julho.pdf>

- Oliveira, C. R. (2018). *A Estrutura do Sector Bancário Cabo-verdiano e a Regulação do Mercado*. Tese de Mestrado, Instituto Universitário de Lisboa, Economia, Lisboa. Obtido em 13 de 02 de 2022, de https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/17834/1/master_carlos_rocha_oliveira.pdf
- Pimenta, A. G. (2012). *Banca e Empresas - Parceiros?* Portugal: Grupo Editorial Vida Económica. Obtido em 29 de 10 de 2021
- Rodrigues, M. A. (2012). Tratamento e análise de dados. Em *Metodologia para investigação social* (p. 256). Escolar editora. Obtido em 24 de Maio de 2022, de <https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/6563/3/O%20Tratamento%20e%20An%C3%A1lise%20de%20Dados.pdf>
- Ryan, R. M., O'Toole, C. M., & McCann, F. (2014). Does bank market power affect SME financing constraints? *Journal of Banking & Finance*. Obtido em 13 de Novembro de 2021, de <https://reader.elsevier.com/reader/sd/pii/S0378426614000053?token=7267EAAFB3886314EDABF90DE980B62674252CE6EAA41DB53917796C7BBA172055887A3D077C3E2D2FC2C905BC91B21E&originRegion=eu-west-1&originCreation=20211113115558>
- Sbârcea, I. R. (2014). International Concerns for Evaluating and Preventing The Bank Risks - Basel I Versus Basel II Versus Basel III. *Procedia Economics and Finance*, 336-341. Obtido em 26 de 12 de 2021, de <https://reader.elsevier.com/reader/sd/pii/S2212567114008119?token=A8B8B3A6F674E3A721D6050AF130119C7BAA80F63ABBBBF6F97129D46F82D20D27437AF1644E9A759C15DBAE1C60C63B&originRegion=eu-west-1&originCreation=20211226155140>
- Suporte ao Minitab 21. (2022). *Medições de associação para Tabulação cruzada e qui-quadrado*. Obtido em 28 de Setembro de 2022, de <https://support.minitab.com/pt-br/minitab/21/help-and-how-to/statistics/tables/how-to/cross-tabulation-and-chi-square/interpret-the-results/all-statistics-and-graphs/measures-of-association/#kappa>
- Tavares, F. O., Pacheco, L., & Almeida, E. F. (2015). Financiamento das Pequenas e Médias Empresas: Análise das empresas do distrito do Porto em Portugal. (N. Reinhard, Ed.) *Revista de Administração*, 50, 254-267. Obtido em 26 de Outubro de 2022, de <https://reader.elsevier.com/reader/sd/pii/S0080210716303922?token=0C5E281C3126BA5A01F2905B9354D79F1648B88509681151460C8450FF385BD761D391558EEB47F6B60752C09FB7DDA6&originRegion=eu-west-1&originCreation=20221026213935>
- World Bank. (29 de Abril de 2022). *O Banco Mundial em Cabo verde*. Obtido em 1 de Junho de 2022, de <https://www.worldbank.org/pt/country/caboverde/overview#1>

Anexos

Anexo A Questionário aplicado às PME

Questionário sobre a relação das PME com os bancos e o seu impacto na obtenção de financiamento bancário

. Este questionário é parte integrante de uma dissertação de mestrado em Gestão das Organizações pelo Instituto Politécnico de Bragança e visa analisar o papel do Banco central no financiamento das Pequenas e Médias Empresas (PME) em Cabo Verde.

Todas as respostas serão utilizadas única e exclusivamente no âmbito deste estudo, garantindo-se o anonimato e confidencialidade dos dados recolhidos.

Agradeço a sua participação! Em caso de alguma dúvida entre em contato através do email: a39368@alunos.ipb.pt

1. Segundo o tamanho, a sua empresa se classifica como:

(Marcar apenas uma opção)

- Microempresa
- Pequena/Média empresa
- Grande empresa

(Só responde a seção seguinte se a classificação for Pequena/Média empresa)

Dados demográficos

2. Quantos anos a empresa tem no mercado?

(Marcar apenas uma opção)

- menos de 1 ano
- 1 a 3 anos
- 4 a 6 anos
- mais de 6 anos

3. Qual o setor de atividade da empresa?

(Marcar apenas uma opção).

- Agricultura, pecuária, pesca e caça
- Comércio
- Industrial
- Construção
- Transportes

- Gás, eletricidade e água
- Alojamento e restauração
- Atividades financeiras
- Telecomunicações

4. Em que ilha se localiza a empresa?

Relacionamento Banca-PME

5. Tem contabilidade organizada?

(Marcar apenas uma opção).

- Sim
- Não

6. Para o desenvolvimento normal da atividade da empresa, depende ou já dependeu em algum momento de empréstimo bancário?

(Marcar apenas uma opção)

- Sim
- Não

7. Qual a fonte de financiamento que mais utiliza?

(Marcar apenas uma opção)

- Crédito bancário
- Leasing
- Créditos documentários
- Descontos de livranças
- Contas correntes caucionadas
- Letras e extratos de fatura
- Descoberto autorizado em contas de depósito á ordem
- Cartões de crédito e factoring

8. Já teve algum pedido de financiamento recusado pelos bancos?

(Marcar apenas uma opção)

- Sim
- Não

9. Os requisitos impostos pelos bancos dificultam o acesso ao financiamento?

(Marcar apenas uma opção)

Sim

Não

10. Considerando a sua experiência bancária, como classifica a dificuldade de obter financiamento? (Marcar apenas uma opção)

Muito difícil

Difícil

Moderada

Fácil

Muito fácil

11. Escolha até 4 fatores que mais dificultam no acesso ao financiamento bancário:

(Marcar tudo o que for aplicável)

A empresa/gestor apresenta um histórico de não cumprimento das obrigações de crédito

Dificuldade em prestar as garantias bancárias exigidas

A dimensão do empréstimo

O objetivo do empréstimo

A dimensão da empresa

O tempo da empresa no mercado

A ausência de relacionamento prévio com o banco

12. Que tipo de garantias foram solicitadas pelos bancos (Marcar tudo o que for aplicável)

Ativos pessoais dos sócios

Hipotecas sobre terrenos e edifícios

Capital próprio

Reserva de propriedades de bens e/ou equipamentos

Outra

13. Quais as informações exigidas pelo banco para a obtenção do primeiro empréstimo?

(Marcar apenas uma opção)

- Plano de negócios detalhado
- Fluxos de caixa projetados
- Projeções de vendas
- Idade e experiência do proprietário
- Projeções de demonstrações financeiras
- Rácios financeiros detalhados

14. Com quantos bancos se relaciona?

(Marcar apenas uma opção)

- 1
- 2
- 3
- 4
- mais de 4

(Só responde a seção seguinte se relacionar com mais do que um banco)

Vantagens de se relacionar com mais do que 1 banco

15. Numa escala de 1 a 5 classifique a importância de cada uma das vantagens de se relacionar com mais do que um banco.

(Marcar apenas uma opção para cada Vantagem)

(1-Nada importante; 2-Pouco importante; 3-Neutro; 4-Importante; 5-Muito importante)

Vantagens	1	2	3	4	5
1. Variedade de produtos e serviços oferecido					
2. Possibilidade de reduzir as taxas de juro					
3. Aumentar o poder negocial com os bancos					
4. Possibilidade de conseguir montantes mais elevados de financiamento					
5. Possibilidade de escolher com que banco quer trabalhar					